

Imprensa, partidos e política no Rio Grande do Sul: do Império aos primórdios da República

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

98



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE

Imprensa, partidos e política no Rio Grande do Sul: do Império aos primórdios da República



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Imprensa, partidos e política no Rio Grande do Sul: do Império aos primórdios da República



UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2025

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Imprensa, partidos e política no Rio Grande do Sul: do Império aos primórdios da República
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 98
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Janeiro de 2025

ISBN – 978-65-5306-017-3

CAPA: O DIABRETE. Rio Grande, 19 out. 1879.

Sobre o autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

SUMÁRIO

Imprensa e política na formação histórica do Rio Grande do Sul / 11

Imprensa e Revolução Farroupilha: um estudo de caso do discurso legalista / 27

Singularidades regionais na formação histórica sul-rio-grandense: os partidos políticos na transição da Monarquia à República / 39

Os primórdios da Revolução Federalista sob a perspectiva da imprensa: estudo de caso / 59

A presença do jornalismo político-partidário em jornais pouco longevos do Rio Grande na segunda metade do século XIX / 69

Os conflitos político-partidários por meio dos jornais: símbolos e representações caricaturais (brevíssima amostragem) / 93

Imprensa e política na formação histórica do Rio Grande do Sul*

A formação histórica do Rio Grande do Sul caracterizou-se por uma série de unicidades em relação ao restante do Brasil, mormente no que tange ao processo tardio de incorporação territorial em relação ao conjunto da colônia portuguesa na América do Sul. Incrustado em uma região altamente instável pelas disputas territoriais, o Rio Grande do Sul teria aí um dos fatores essenciais que marcaram sua evolução histórica, uma vez que, mais do que um território limítrofe, a fronteira representou um elemento constitutivo fundamental à história da sociedade sul-rio-grandense. Viva, móvel, tênue e variável ao longo do tempo, a fronteira rio-grandense, representou – mais do que um ponto de contato e embate entre diferentes nações – um espaço de fricção entre povos, ora servindo à integração, à interseção e ao contato e, ora, à desintegração, à divisão e ao confronto, onde componentes sociais, econômicos, políticos e ideológicos intercambiaram-se, inter-relacionaram-se, opuseram-se e/ou digladiaram-se entre si.

Devida essencialmente ao processo histórico da expansão lusitana em direção ao Prata, a incorporação do território gaúcho só se daria de forma oficial a partir

* Publicado originalmente em: *Anais do Ciclo de Conferências Abordagem Pluridisciplinar da Ciência da Informação*. Rio Grande: FURG, 2001. p. 31-42.

do século XVIII, com a criação de uma povoação na localidade do Rio Grande cuja função primordial era, de início, criar um ponto de apoio à Colônia do Sacramento, possessão portuguesa encravada junto ao Vice-Reino do Prata e responsável por um constante enfrentamento quanto ao pacto colonial hispânico através do comércio ilícito. Nesse sentido, as terras sul-rio-grandenses estiveram inseridas nos vários conflitos entre luso-brasileiros e hispano-americanos ao longo das décadas seguintes, servindo a diplomacia e a guerra como elementos motores para moldar, paulatinamente, o território rio-grandense. Em tal quadro, as determinações dos vários tratados coloniais, como Utrecht (1715), Madri (1750), El Pardo (1763), Santo Ildefonso (1777) e Badajós (1801) serviram direta ou indiretamente para promover a formação parcial de alguns limites à ocupação territorial lusa no Rio Grande do Sul. À medida que se buscava um acordo definitivo entre portugueses e espanhóis, o processo de expansão e colonização do território rio-grandense-do-sul se dava também a “ferro e fogo”, por meio de uma série de guerras que acabariam por delimitar, inclusive através do princípio do *uti possidetis*, as possessões luso-brasileiras junto desse território. Esse processo de incorporação territorial estaria praticamente concluído no início do século XIX, com a aquisição definitiva para a Coroa Lusitana do território das Missões.

Ainda assim, a fronteira permaneceria como elemento essencial à formação gaúcha, pois mesmo que praticamente cristalizadas, em termos macros, as devidas posses, persistiam as pendências quanto às soluções definitivas no que tange às zonas imediatamente lindeiras. Nesse sentido, as fronteiras

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

permaneceriam, ao longo do todo o Período Imperial, ténues e móveis, servindo isso, inclusive, para legitimar as diversas intervenções realizadas pelo Brasil em direção a seus vizinhos platinos. Nesse contexto das denominadas Questões Platinas, a sociedade sul-rio-grandense teria um papel primordial, partindo do Rio Grande do Sul, graças à sua tradicional militarização, típica de sua formação histórica, significativos contingentes materiais e humanos na sustentação desses processos bélicos. Gradualmente, além do papel militar, o Rio Grande do Sul também viria a ocupar um outro lugar na conjuntura estratégica e econômica da Colônia e, posteriormente, do Império Brasileiro, ou seja, graças à sua produção pecuária, se tornaria um importante manancial de oferecimento dos produtos ligados àquela atividade, mormente o charque, alimentação básica da escravidão no centro do país.

Tendo em vista sua formação histórica *sui generis* e a estrutura de sua economia voltada essencialmente para o mercado interno, o Rio Grande do Sul poderia ser considerado como uma verdadeira periferia da periferia, ou seja, na conjuntura de um espaço colonial/nacional voltado essencialmente à exportação de bens primários, a base da produção econômica sul-rio-grandense era ainda subsidiária, ou seja, direcionava-se ao consumo interno, enfrentando além disso, uma concorrência dos países platinos, cuja produção charqueadora era de maior qualidade e melhor aparelhada em termos técnicos e humanos. Nesse quadro, foi sempre fundamental à organização política rio-grandense, o controle do aparelho do Estado e, a partir deste, a distribuição dos cargos político-administrativos, a manutenção das inter-relações de mando em termos

locais e regionais e a escolha das políticas econômicas a serem implementadas. Essa constante busca pelo controle do aparelho do Estado levou a uma série de disputas de cunho político, partidário e/ou ideológico ao longo de grande parte da história sul-rio-grandense, durante a qual se defrontaram os mais diferentes agrupamentos, agremiações, frentes e partidos políticos e, nessa conjuntura, a imprensa exerceria um papel extremamente relevante.

Nesse sentido, desde a gênese da imprensa no Rio Grande do Sul, os jornais atuaram como importantes meios de comunicação, informação e divulgação/emissão dos mais variados temas, agindo, de forma menos ou mais informativa e/ou crítico-opinativa, como verdadeiros arautos dos diversos grupos que marcaram o cenário político-partidário rio-grandense. Nessa ação através das práticas jornalísticas, estabeleceram-se os fundamentos que constituíram diversas formações discursivas¹ a respeito da política gaúcha, de acordo com as convicções ideológicas e/ou partidárias dos elementos políticos que norteavam a

¹ Cfe.: FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 43-45 e 66. De acordo com o autor, pertencem a uma formação discursiva “a maneira pela qual a disposição das descrições ou das narrações está ligada às técnicas de reescrita; a maneira pela qual o campo de memória está ligado às formas de hierarquia e de subordinação que regem os enunciados de um texto; a maneira pela qual estão ligados os modos de aproximação e de desenvolvimento dos enunciados e os modos de crítica, de comentários, de interpretação de enunciados já formulados”, consistindo a mesma, enfim, num “feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual”.

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

linha editorial das mais variadas publicações que no Rio Grande do Sul circularam. Essa constante associação e inter-relação entre a vida política e o jornalismo se deveu basicamente ao fato de que as construções discursivas de natureza política estão de forma indelével ligadas à disputa pelo poder, pois na política o discurso exerce, “de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes”, pois “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta”, ou seja, “o poder do qual nos queremos apoderar”².

Dessa forma, a imprensa serviu a contento para difundir as ideias e atitudes de vários dos segmentos partidários e políticos que agiram no Rio Grande do Sul, desde os anos vinte do século XIX, em um processo de legitimação de suas respectivas formações discursivas, uma vez que o objetivo do discurso político constitui-se em “vencer a luta através do jogo da desconstrução e reconstrução de significados, interpellando através da construção articulada de uma visão de mundo”. Edificava-se, assim, um verdadeiro confronto discursivo através da imprensa, já que o discurso de cunho político está intrinsecamente relacionado “com o caráter de luta que a construção desse tipo de discurso envolve” e essa “luta é o jogo do significado, é o jogo da construção do antagonismo”, ou seja, “cada discurso busca construir a sua visão de mundo, em oposição à visão de mundo do inimigo”, num processo onde o antagonismo se estabelece “pelo esvaziamento do significado do

² FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996. p. 9-10.

discurso do outro”³. Esse conflito discursivo por meio do jornalismo se embasou, desse modo, na existência de “dois contextos discursivos antagônicos”, diante dos quais, “os interlocutores se constituem como dois lugares sociais com igual poder de palavra, mas adversários”, de maneira que esses dois contextos se “remetem a discursos em algum sentido em conflito e, nessas circunstâncias, a relação enunciativa se desenvolve como uma luta pela hegemonia de um deles”⁴.

A imprensa brasileira, tardia se comparada aos demais países americanos, tendo em vista as proibições metropolitanas, surgiria nos primórdios do século XIX, a partir da transmigração da Família Real para o Brasil e de todas as transformações a partir daí advindas. O nascimento do jornalismo no Brasil já se viu caracterizado pelo debate político através das páginas dos jornais, de modo que as diferentes e divergentes ideias, principalmente ligadas aos projetos emancipacionistas em oposição ao pensamento de manutenção do *status* colonial fizeram fervilhar uma série de pequenas folhas que, panfletárias, defendiam a independência ou a recolonização. Daí em diante, a imprensa evoluiria e se espalharia através das províncias⁵. Após a independência e com a crescente

³ PINTO, Céli Regina. A sociedade e seus discursos. In: *Com a palavra o senhor presidente José Sarney*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 51-52 e 55.

⁴ MARTINS, Eleni J. *Enunciação & diálogo*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.p. 180-181.

⁵ Sobre a evolução histórica da imprensa brasileira, ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

insatisfação em relação ao primeiro imperador, o jornalismo serviria para expandir as críticas a D. Pedro I, culminando de tal impopularidade a abdicação do soberano, em abril de 1831. Iniciado o Período Regencial, inaugurava-se também uma das fases de maior instabilidade da história brasileira, com uma profunda crise político-institucional e revolucionária que em muito ameaçou a integridade territorial do país. Nesse contexto em meio às rebeliões regenciais, o Rio Grande do Sul exerceria um papel primordial através da eclosão da Revolução Farroupilha, o mais grave daqueles movimentos.

A partir de tal conjuntura de agitação política, através da Revolução de 1835-1845, se manifestaria no Rio Grande do Sul uma série de reivindicações, tradicionais e históricas da formação sul-rio-grandense. No campo político, os rio-grandenses não aceitavam a forte centralização político-administrativa, exigindo maior autonomia provincial, defendendo um federalismo nas relações entre o governo central e as províncias. Dentre as reclamações de natureza econômica, reivindicava-se uma política protecionista em relação à produção pecuária gaúcha, mormente em relação à competição platina. Ainda nessa linha, as lideranças gaúchas exigiam uma maior representação no parlamento nacional, melhores condições para o aparelho da justiça e da instrução pública, concernentes com a participação rio-grandense na “comunhão brasileira”, sob o argumento de que tal província

de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.; e BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990.

constituía a ponta de lança militar do Brasil contra os adversários estrangeiros. Movimento essencialmente elitista, a Revolução Farroupilha seria promovida pela aristocracia latifundiária gaúcha, embasada no ideário liberal, mas sem qualquer pressuposto democrático. Diante do confronto entre revolucionários e legalistas, a imprensa teria uma fase de amplo crescimento no Rio Grande do Sul. A forte oposição entre os grupos em disputa levou a um incremento do jornalismo através de várias das comunidades gaúchas, servindo as folhas para defender as formas de pensar e agir das frentes que se digladiavam entre si. Surgindo ao final da década de vinte, até a década de quarenta, a imprensa gaúcha se avolumou através do conflito discursivo que plasmava as identidades do adversário e do aliado, em um processo constante de construção/desconstrução discursiva de parte a parte, defendendo-se os ideais e atitudes dos aliados e atacando os dos inimigos.

O desgaste político-econômico dos quase dez anos de luta levou ao enfraquecimento da própria atividade jornalística que refluíu nos últimos anos da guerra civil. Pacificada a Província, através de uma política de concessões de parte a parte, iniciou-se o processo de reconstrução provincial. Ao lado da reorganização política e econômica, a imprensa também voltaria a progredir, ocorrendo uma etapa de crescimento e diversificação das atividades jornalísticas, surgindo uma série de jornais diários, melhor estruturados tipográfica e comercialmente, ao lado de diversas folhas representantes da pequena imprensa que, através dos mais variados gêneros, alguns se especializando, que permaneceram circulando ao longo de todo o século. No que tange à política, apesar da

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

oposição entre liberais e conservadores, prevaleceu, nas décadas que se seguiram à Revolução, uma tendência à conciliação e à coligação partidária, com as constantes aproximações entre segmentos dos partidos políticos. Nesse clima, a imprensa passaria por uma fase de suavização das disputas político-partidárias através das páginas dos jornais, embora o embate não tivesse desaparecido de todo, permanecendo nas entrelinhas, ou ainda, confundindo-se com os confrontos de natureza pessoal.

A partir de 1868, com a inversão partidária nacional, renasceria a agudização das disputas partidárias. Os liberais aprofundariam seu programa reformista e alguns segmentos dentre eles radicalizariam ainda mais, fundando o movimento republicano; já os conservadores permaneceram como os defensores da ordem, porém viram seu partido fragmentado internamente, tendo em vista a implementação das reformas, mormente as ligadas à escravidão. No Rio Grande do Sul, o Partido Liberal cresceria na oposição aos Presidentes Provinciais, conservadores nomeados pelo Governo Central, enquanto os liberais dominavam a Assembleia Provincial. Nesse novo contexto, os debates entre liberais e conservadores intensificaram-se, renovando-se o conflito discursivo por meio do jornalismo. A nova inversão partidária de 1878 criaria uma nova conjuntura política no Rio Grande do Sul, pois, dominando tanto a presidência quanto a assembleia, os liberais refreariam seu espírito reivindicatório, de modo que os republicanos passaram a ocupar, paulatinamente, o papel de frente oposicionista na Província, ao passo que os

conservadores estavam amplamente afastados do poder, divididos em suas profundas dissensões internas.

A implantação da República representaria um momento de profunda inflexão na história política sul-rio-grandense, pois, progressivamente, os republicanos históricos se aproximariam e encampariam o poder. Ainda que não tivessem uma representatividade mais significativa em termos eleitorais, os republicanos apresentavam uma forte organização interna e, através da fundação de vários clubes pelas diversas localidades da Província, buscaram arregimentar forças. O grande obstáculo era a máquina eleitoral dos liberais, de modo que a principal obra do mais importante chefe republicano, Júlio de Castilhos, foi promover a ruptura dessa máquina, criando uma série de mecanismos que garantissem a continuidade dos seus sectários nos cargos de mando. Para implementar seus planos de perpetuação no poder, os castilhistas iram empreender uma prática política exclusivista, gerando-se, a partir da mesma, representativos segmentos oposicionistas que representavam os setores alijados do poder, como os liberais, os conservadores – alguns, inclusive, republicanos de última hora – , e até mesmo alguns históricos que, discordando das práticas castilhistas, formariam algumas dissidências republicanas. Esse clima de insatisfação para com os novos governantes se incrementaria e, inviabilizada a possibilidade de vitória através das urnas, as oposições anticastilhistas buscariam o recurso das armas, mergulhando mais uma vez o Rio Grande do Sul em uma nova guerra civil.

A Revolução Federalista traduzia as discrepâncias do Rio Grande do Sul em relação ao restante do país, onde a republicanização foi, em geral,

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

mais tranquila. No contexto rio-grandense, o movimento republicano foi tardio e formado por setores das oligarquias emergentes e que não se articularam com as elites tradicionais que, na sua maioria, continuaram colocadas junto aos grupos oposicionistas, além disso, os republicanos optaram por uma ideologia embasada nos fundamentos positivistas, ao passo que, boa parte da oposição se norteava a partir de princípios liberais. O controle do aparelho do Estado, as divergências político-partidárias e ideológicas e as próprias disparidades e divergências regionais dentro do Rio Grande foram fatores que, assim, agravaram o quadro de disputas, redundando em mais uma guerra que dividia a sociedade sul-rio-grandense. Mais uma vez o conflito discursivo manifestava-se através da imprensa, de modo que, cada segmento e/ou frente partidária utilizava-se do jornalismo para defender suas posições e investir contra a dos adversários. Folhas já existentes ou jornais fundados especificamente para representar os diferentes grupos partidários divulgavam os ideais dos grupos beligerantes nas várias fases de fermentação, eclosão e desenvolvimento revolucionário. Apoiados pelo governo central, os castilhistas seriam os vencedores na Revolução Federalista, afirmando-se no poder a partir daí e consolidando as estruturas que garantiram a perpetuação no controle do aparelho do Estado, que perduraria até o final da República Velha, através dos borgismo, herdeiro do castilhismo.

A pacificação da Revolução Federalista não representou, no entanto, o encerramento do clima de disputas no Rio Grande do Sul que persistiu ao longo de quase toda a República Velha, manifestando-se constantemente as oposições contra a perpetuação dos

castilhistas-borgistas no poder, permanecendo os jornais como arautos dessas frentes, servindo, inclusive para responder à imprensa oficial e/ou governista. Somente nos anos vinte tal situação viria a alterar-se, pois, após uma nova agudização do confronto, com a eclosão de uma nova guerra civil – a Revolução de 1923 –, aproveitando-se de um descompasso entre os interesses políticos regionais e nacionais, os grupos oposicionistas finalmente conseguiram alterar o dispositivo constitucional que permitia a reeleição presidencial, permanecendo Borges de Medeiros no poder, mas impedindo-se que o mesmo viesse a se candidatar novamente. A partir de 1928, uma nova liderança que começava a despontar no cenário político estadual e nacional, Getúlio Vargas, obteria uma aproximação entre os tradicionais adversários, formando-se uma frente única no Rio Grande do Sul que, mesmo não sendo tão duradoura e monolítica, seria um dos fatores que serviria a contento para a deflagração do processo que levaria à Revolução de 1930, um novo ponto de inflexão na história brasileira e rio-grandense, entrando o país em uma nova fase, que teria por característica principal o desencadeamento de um processo de modernização do país.

A imprensa gaúcha ainda teria participação ativa nessa conjuntura que levaria às rupturas parciais e ao derruir definitivo da República Velha, no entanto, o jornalismo passava por uma nova etapa, desde a virada do século XIX, que se intensificava ao longo da centúria seguinte, através de uma constante centralização das atividades jornalísticas e da paulatina formação da chamada grande imprensa. O jornalismo marchava em um caminho sem volta a integrar a chamada indústria

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

da comunicação, com o predomínio das grandes empresas jornalísticas e um espaço cada vez mais limitado para as iniciativas individuais ou familiares, típicas do século anterior. Junto a essa grande imprensa, o jornalismo opinativo era aos poucos abandonado, pois em nome das propaladas independência, imparcialidade e neutralidade dos órgãos da imprensa, com uma proposta essencialmente informativa, a política passava a ser tratada como mais um assunto a ser noticiado, sem que fossem adotadas posturas políticas de modo aberto e evidente. Esse processo não trouxe em si o significado de um abandono absoluto das posições político-partidárias de parte dos jornais, porém, a construção discursiva se dava agora de modo diferenciado, ficando nas entrelinhas, nos estilos de linguagem escrita, na expressão gráfica e visual indireta e/ou manifestando-se de forma sublinear (às vezes sub-reptícia) as convicções dos responsáveis pelas publicações.

Nesse sentido, é notória a importância da imprensa como fonte ou objeto de pesquisa para empreender-se um melhor conhecimento a respeito da formação sul-rio-grandense⁶. Os jornais trazem em si

⁶ A respeito da imprensa gaúcha, observar também: ALVES, Francisco das Neves. *Imprensa gaúcha: história, historiografia & política*. Rio Grande: FURG, 2000.; RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.; BARRETO, Abeillard. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1986.; VIANNA, Lourival. *Imprensa gaúcha*. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social, 1977; e REVERBEL, Carlos. *Tendências do jornalismo gaúcho*. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*.

uma série de informações/opiniões que, analisadas a partir de um processo de contextualização e embasadas em um arcabouço teórico-metodológico, permitem desvelar uma série de fundamentos da vida política do passado gaúcho. Nessa linha, ao analisar o jornalismo como elemento ativo na formação política sul-riograndense, influenciando e sendo por ela influenciado, o pesquisador busca resgatar o conteúdo das respectivas formações discursivas emitidas pelos jornais estudados, de acordo com a visão de que “a História mudou sua posição acerca do documento”, considerando “como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo”, de modo que “ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis”, estabelecendo “séries” e distinguindo “o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações”⁷. Assim, “o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos”, quanto “direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas” do imaginário de uma época, ou seja, o discurso da imprensa “integra uma sociedade e sua história”, bem como “ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade”⁸. Estas brevíssimas

Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1957.

⁷ FOUCAULT. 1995. p. 7.

⁸ MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, E. P. (org.). *Discurso fundador*. Campinas: Pontes, 1993. p. 31-42.

IMPrensa, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

apreciações sobre a história política e o papel do jornalismo rio-grandense intentaram apenas apresentar uma muito singela amostragem dessa inter-relação imprensa-história-política na formação histórica do Rio Grande do Sul.

Imprensa e Revolução

Farroupilha: um estudo de caso

do discurso legalista*

A imprensa teve significativa importância na formação histórica do Brasil do século XIX, notadamente durante o processo de formação do Estado Nacional. Atuando como meio de comunicação, divulgação e informação, os jornais também agiram como propagadores dos princípios que nortearam a evolução social, política, ideológica e econômica da sociedade brasileira. Ao levar a discussão desses princípios ao público, divulgando, defendendo, atacando e/ou criticando determinadas ideias, cada periódico gerou sua própria construção discursiva, em uma evidente manifestação do poder através da palavra.

A gênese da imprensa sul-rio-grandense esteve intrinsecamente associada ao contexto histórico da década de trinta, marcado pelas disputas político-ideológicas que redundariam em confronto bélico, caracterizado por uma constante bipolarização partidária e verdadeira dicotomia política quanto às ações e ideias dos grupos divergentes. Esses enfrentamentos traduziram-se na formação de um conflito discursivo entre rebeldes e legalistas, à época da Revolução Farroupilha.

* Publicado originalmente em: *Histórica - Revista de Pós-Graduação em História na PUCRS*, v.2, p.101-107, 1997.

Nesse quadro, o presente trabalho intenta realizar uma breve abordagem acerca de alguns fragmentos do discurso legalista sul-rio-grandense, através de um estudo de caso dos jornais antirrevolucionários que circularam entre 1835 e 1841 em um dos principais centros urbanos do Rio Grande do Sul de então - a cidade do Rio Grande.

1. A Revolução Farroupilha e a imprensa

A imprensa teve um papel preponderante no contexto de fermentação e desencadeamento da Revolução de 1835, bem como das demais revoltas regenciais. Assim, mesmo antes da Revolução Farroupilha, os jornais “viviam um período pré-revolucionário” em meio ao qual muitos deles “já tinham sua posição definida, de um ou de outro lado, argumentando, combatendo, posicionando-se, enfim”⁹. Desse modo, durante as origens da imprensa rio-grandense, “o que prevaleceu foi um jornalismo de caráter partidário” e “de orientação ideológica”, com o predomínio de “um sentido político, senão único, de qualquer forma o mais nitidamente demarcado, no Brasil daquela época”¹⁰.

⁹ MACEDO, Francisco Riopardense de. *Imprensa farroupilha*. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, EDIPUCRS, 1994. p. 26.

¹⁰ REVERBEL, Carlos. Tendências do jornalismo gaúcho. In: *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*. Porto Alegre, Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1957. p. 116.; e REVERBEL, Carlos. *Evolução da imprensa rio-*

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

Os jornais serviram, dessa maneira, como “aparelho institucional”, destacando-se “na organização do movimento, agrupando seus pensadores e lideranças”, não consistindo, pois, “exagero afirmar que a imprensa foi o bastidor intelectual da Revolução Farroupilha”¹¹. Os periódicos, no entanto, não serviam unicamente à causa farroupilha, surgindo diversas folhas favoráveis ao grupo legalista. Desse modo, tanto rebeldes como governistas organizaram uma série de publicações, através das quais defendiam suas ideias e atacavam-se mutuamente, e, em muitos casos, “a criação de um determinado jornal se devia basicamente à necessidade de resposta de um grupo em relação a seu opositor”, desencadeando-se “um processo de ação e reação que multiplicou o número de folhas através da Província”¹², desenvolvendo-se a prática de um jornalismo eminentemente opinativo.

Esse processo também se fez sentir na cidade do Rio Grande, onde floresceram diversos jornais com maiores ou menores vínculos ao movimento rebelde, notadamente no período que antecedeu e marcou os primeiros anos da Revolução. Foram então publicados

grandense. In: *Enciclopédia rio-grandense: o Rio Grande Antigo*. Canoas, Editora Regional, 1956. v.2. p. 252.

¹¹ RÜDIGER, Francisco Ricardo. O nascimento da imprensa no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1985. p. 122. e RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1993. p. 15.

¹² ALVES, Francisco das Neves. A imprensa rio-grandina nos primórdios da Revolução Farroupilha. In: *Anais da XV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, SBPH, 1996. p. 153.

desde um jornal identificado com os farroupilhas até folhas vinculadas aos legalistas, assim como periódicos que buscaram uma posição de equidistância e neutralidade. Dentre os jornais rio-grandinos que nortearam seu discurso em uma direção antirrevolucionária e legalista, destacaram-se *O Mercantil do Rio Grande* (1835-1840), *O Liberal Rio-Grandense* (1835-1836) e *O Commercio* (1841) que, sustentados por particulares ou mantidos diretamente pelas forças governistas, tinham em vista combater as ideias e práticas dos promotores da Revolução Farroupilha, bem como fazer frente às folhas defensoras dos princípios destes¹³.

2. O discurso legalista

Os jornais legalistas rio-grandinos estabeleceram uma série de estratégias discursivas no intento de, junto à opinião pública, fazer prevalecer seus pronunciamentos e combater os dos inimigos. Uma delas constituiu-se na constante intenção de atacar e

¹³ Sobre o desenvolvimento histórico desses três jornais, observar: BARRETO, Abeillard. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1986. p. 83-86.; ALVES, Francisco das Neves. *Uma introdução à história da imprensa rio-grandina*. Rio Grande, Universidade do Rio Grande, 1995. p. 36-40; e ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. *A cidade do Rio Grande: uma abordagem histórico-histórica*. Rio Grande, Universidade do Rio Grande, 1997. p. 60-68.

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

denegrir a imagem do adversário. Assim, os farroupilhas eram apresentados como “hordas de bárbaros rivalizando com os antigos hunos”, que destruíam “os produtos dos suores de muitos anos”, através “do roubo, do incêndio, do fratricídio”, apontados como “feitos comuns dos canibais”. Os rebeldes apareciam também como “horda cruelíssima de bandidos”, que buscavam saciar “a sede de latrocínio e de carnagem, que as entranhas lhes afogueavam”. Além disso, considerava-se que “o homem corrompido e feroz, no meio de uma guerra civil entregava-se sem freio aos excessos” e, arrastado por “suas paixões execráveis”, punha “em prática os atos mais aviltantes e indignos”, como viria acontecendo com os promotores da Revolução¹⁴. As folhas antirrevolucionárias ainda vaticinavam sobre a necessidade de deter “o maligno furor dos homens turbulentos, sendo preciso “muita energia, unidade de vistas e uma vontade forte capaz de lutar contra todos os elementos desorganizadores”¹⁵. Nesse sentido, conclamava-se a população a não se deixar “iludir” pelos “anarquistas”:

Rio-grandenses! Já os inimigos irreconciliáveis do Continente, aqueles que juraram perdê-lo para sempre (...) empunham as armas contra o governo legal e contra os propugnadores da ordem e das nossas instituições. Não tendo força física suficiente para resistirem ao espírito público da Província, valendo-se da violência para constranger a entrar nas suas fileiras a

¹⁴ O LIBERAL RIO-GRANDENSE. Rio Grande, 16 abr. 1836; 20 ago. 1836 e 5 out. 1836.

¹⁵ O COMMERCIO. Rio Grande, 30 abr. 1841 e 7 maio 1841.

quantos encontram de qualquer classe ou condição que seja; não tendo força moral para dirigirem os ânimos da maioria da população para o seu desastroso sistema, valem-se das armas do terror, da intriga e enganos, para conter os timoratos, fascinar os incautos e fazê-los cair nas ardilosas ciladas. Compatriotas! Não vos deixais iludir; cerrai os ouvidos a quantos embustes e calúnias vos pregarem esses homens mal intencionados; escutai só os brados da razão e da justiça proferidos por todos os homens de bem¹⁶.

Os periódicos anti-farroupilhas também estabeleciam paralelos entre os dois lados em conflito, declarando que havia na Província “duas sortes de homens”, os governistas, “fiéis a seus juramentos, seguindo a bandeira da legalidade” e que “tudo sacrificavam a mais santa das causas, a da salvação da honra e prosperidade da pátria”; e, do outro lado, os farrapos, que “sacrificavam esta mesma pátria a seus peculiares interesses”¹⁷. Ao referirem-se aos líderes em

¹⁶ O MERCANTIL DO RIO GRANDE. Rio Grande, 24 fev. 1836. Nesse sentido, o mesmo jornal, a 25 abr. 1836, publicava o seguinte soneto: “A teus pés cara pátria, arqueja, expira/ O negro monstro da democracia/ Ante os régios degraus da monarquia/ Sufocado dragão, a língua estira/ Eu já vejo queimar na *Sacra Pira*/ As despontadas lanças da anarquia/ Cair por terra ingrata rebeldia/ Do feroz *Corifeu* que *Alecto* inspira/ A causa da razão não se aniquila/ Augusto templo da legalidade/ Não se abate ao poder do novo Sila/ Parabéns te dou oh! Majestade/ Que o Brasil não recua, não vacila/ Ao demagogo aspecto da igualdade”.

¹⁷ O LIBERAL RIO-GRANDENSE. Rio Grande, 27 fev. 1836.

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

confronto, tratavam os militares legalistas como “bravos e distintos brasileiros”, que nunca capitularam com os anarquistas”, tendo “constantemente sido pugnadores da honra da Província”, enchendo “de espanto e terror as fileiras anarquistas”; e exortavam: “honra e glória e estes bravos da legalidade e guerra de morte aos anarquistas”¹⁸.

Os pronunciamentos dos rebeldes também eram desmentidos e criticados pelos jornais legalistas, afirmando-se que a leitura dos escritos e proclamações daqueles, demonstrava “toda a futilidade das razões que apresentavam para colorir seus crimes, invocando o nome sagrado da liberdade”. Declarava-se ainda, quanto ao “partido dos malvados”, que “ninguém lhes ganhava em mentira, atrevimento, astúcia e ousadia”; e que “a tática do partido republicano era a de por em jogo todos os prestígios da arte de enganar”¹⁹. Atacava-se também a imprensa rebelde, apontando que “uma semana não se passava, sem que a facção” publicasse “uma notícia desagradável, já adulterando os fatos, já inventando outros, e já, finalmente, dando como certo aquilo que só ela na véspera havia concertado”²⁰.

Um dos principais objetivos do discurso legalista era o de não conferir qualquer nível de legitimidade aos atos dos rebeldes. Argumentando que o “jornalista” tinha “um dever altamente imperioso” de utilizar “a linguagem da razão e da verdade, em toda a sua nudez e

¹⁸ O MERCANTIL DO RIO GRANDE. Rio Grande, 25 abr. 1836.

¹⁹ O LIBERAL RIO-GRANDENSE. Rio Grande, 24 ago. 1836; 12 mar. 1836 e 26 jan. 1836.

²⁰ O COMMERCIO. Rio Grande, 12 mar. 1841.

singeleza”, dissipando “as nuvens da ilusão” e iluminando “o caminho glorioso trilhado pelos campeões da liberdade legal”, a imprensa governista julgava-se formada pelos “inimigos da impostura e da imoralidade”, e declarava “guerra interminável aos anarquistas”, buscando “desmascarar a perfídia e rasgar o manto da hipocrisia”, que ela imputava aos rebeldes. Desse modo, as folhas legalistas criticavam a todos que “ousassem anarquizar o Império, propondo inovações perigosas e contrárias ao voto bem pronunciado da parte sensata da nação”, a qual só estaria a almejar “por tranquilidade e sossego para marchar aos seus altos destinos”. Também se questionava o quanto a rebelião estava custando e ainda haveria de custar à Província, bem como se perguntava quem poderia ser “assaz perverso e degradado” para querer “associar-se aos que banharam suas vestes no sangue de seus irmãos”, bem como “a salteadores reconhecidos por tais, olhados pelas famílias com mais horror do que os mais famosos assassinos que avultavam nos anais dos bandidos”²¹.

Nessa linha, ao imputar unicamente aos rebeldes a responsabilidade pela continuidade do estado de beligerância na Província, os jornais legalistas buscavam alertar a população para os prejuízos que a guerra civil vinha trazendo, como mais uma forma de convencimento da opinião pública quanto à necessidade de encerramento do conflito. Dessa forma questionava-se como ia a “fortuna dos estancieiros” que viam “arrebataado o fruto de tão diuturnas fadigas”; qual era a situação do agricultor, quanto “às suas colheitas e o

²¹ O LIBERAL RIO-GRANDENSE. Rio Grande, 19 fev. 1836; 13 fev. 1836; 30 abr. 1836 e 11 maio 1836.

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

estado de seus celeiros”; interrogava-se também, quem tornara “desertas e fechadas” as fábricas, “solitárias as aulas e os colégios”, paralisados o comércio e a navegação, suspensas as atividades dos “homens de ofício e artistas”; vindo a sentenciar-se que “os anarquistas que respondessem”. Segundo um dos periódicos, com a revolta, “as assolações chegaram a tal ponto e foram verificadas com tanta rapidez que, se a influência desses celerados” – como chamava os rebeldes – “predominasse no Continente por mais alguns meses, eles mesmos não teriam de que subsistir”²². Assim, quanto à revolução e seus promotores, era declarado:

Temos infelizmente percorrido todo o curso da revolução e por desdita temos sido vítimas de seus terríveis efeitos que são os dons, com que o gênio mimoseia a esta infeliz Província, bafejando-a com seu pestilento hálito. (...)

Grande empenho é o dos filhos das trevas desacreditar as autoridades, levar a desordem e a desmoralização a seu auge; tudo confundir para perpetuarem a anarquia, com que eles se alentam e com que estão identificados, porque com ela têm vivido e nela desejam ter firme patrimônio.²³

Uma das tônicas dos periódicos governistas era o apelo à manutenção da integridade territorial e política do Brasil, publicando-se constantes conclamações à população para que a mesma resistisse aos rebeldes, acusando-os de pretender desmembrar a Província da

²² O LIBERAL RIO-GRANDENSE. Rio Grande, 27 abr. 1836 e 26 nov. 1836.

²³ O COMMERCIO. Rio Grande, 12 mar. 1841.

“Associação Brasileira”. Proclamava-se aos “briosos rio-grandenses” que salvassem “a integridade do Império”, incitando-os a prezar “o nome de brasileiros” e “a união”, fechando os ouvidos a quem falasse “de vinganças” ou a quem procurasse “excitar rivalidades”; considerando-se que “a grande maioria nacional poderia ser iludida, mas não vencida”. Questionava-se também “o que diria o Império e o que diria o mundo civilizado” se os rio-grandenses “guardassem o silêncio da covardia diante de um partido” que empregava “todos os seus esforços para lançar o fogo da rebelião”. E ponderava-se que os “irmãos das outras Províncias” eram mais felizes, pois, ao contrário do Rio Grande do Sul, não tinham “diante dos olhos, tigres de figuras humanas, embriagando-se do sangue fraternal”, ou mesmo “uma torrente de bárbaros assolando com o estrondo da tempestade tudo que encontrava em seu curso devastador”²⁴.

A imprensa governista condenava a acomodação e exortava o povo a uma decisiva participação em direção ao encerramento da revolta:

Todo o rio-grandense que ama sinceramente a sua pátria, todo o rio-grandense que não olha estupidamente para os males que nos preparam esses desorganizadores, que parecem ter recebido do gênio do mal as chaves do inferno para entregar-nos às fúrias, não é sem dúvida indiferente à nossa situação assustadora, nem pode proferir essas palavras profundamente criminosas “que me importa?” Que série de

²⁴ O LIBERAL RIO-GRANDENSE. Rio Grande, 8 jun. 1836; 23 jan. 1836; 5 jan. 1836 e 10 set. 1836.

IMPrensa, Partidos e Política no Rio Grande do Sul: do Império aos Primórdios da República

calamidades nos aguarda (...) se a doutrina [dos rebeldes] não for enérgica e unanimemente repelida pelos homens da lealdade!²⁵

As folhas antirrevolucionárias também cobravam, de parte dos governantes, atitudes mais incisivas no combate a revolução que levassem à liquidação dos rebeldes, cortando-se, assim, o “mal pela raiz”:

Resta agora que as autoridades não tenham mais condescendência, que corte o mal pela raiz: todos sabem quem são os autores de tantos e tão nefastos planos (...), forçoso é que as leis e autoridades sejam respeitadas, que os cidadãos pacíficos não sejam o ludíbrio e escárnio dos homens perversos e criminosos, de vadios e dissolutos, que só vivem de desordens.²⁶

Assim, durante a Revolução Farroupilha, prevaleceu um jornalismo predominantemente opinativo, de cunho político, refletindo as disputas políticas, partidárias e militares que marcavam a Província, restando pouco espaço para folhas que pretendessem qualquer tipo de afastamento ou neutralidade diante do conflito.

Nessa época, através de uma linguagem forte e vibrante, direcionada às paixões e, em muitos casos, com um predomínio da emoção sobre a reflexão, a imprensa

²⁵ O LIBERAL RIO-GRANDENSE. Rio Grande, 29 dez. 1835.

²⁶ O COMMERCIO. Rio Grande, 12 mar. 1841.

caracterizou-se por um conflito discursivo que levaria à formulação de duas visões distintas e divergentes, uma, a do aliado/partidário, outra, a do inimigo/adversário, em uma constante luta entre o “nosso” e o “do outro”, demarcando-se um processo que viria a se repetir nos tradicionais confrontos político-partidários da formação histórica sul-rio-grandense.

Nesse contexto, o discurso legalista buscou demonstrar que seus articulantes seriam os legítimos representantes das instituições rio-grandenses, da ordem e da estabilidade, em oposição aos rebeldes que, segundo aquela concepção, pretendiam “anarquizar” a Província, promovendo a desintegração político-territorial do país, ao afastá-la da “associação brasileira”. De acordo com tal perspectiva, através de um processo de construção/desconstrução discursiva, os legalistas buscaram legitimar seus atos e anular os dos adversários, bem como contradizer os pronunciamentos e macular a imagem dos inimigos, na verdadeira batalha político-ideológica, por meio de palavras, que, ao lado da luta armada, marcou o Rio Grande do Sul ao tempo da Revolução Farroupilha.

Singularidades regionais na formação histórica sul-riograndense: os partidos políticos na transição da Monarquia à República*

A formação histórica rio-grandense-do-sul tem se caracterizado, ao longo dos séculos, por certas peculiaridades em relação ao restante do Brasil. Tais especificidades são características da própria evolução histórica brasileira e, no caso gaúcho têm sido alvo de aprofundados estudos calcados mormente na História Regional. Algumas das singularidades sul-riograndenses mais significativas estiveram ligadas a processos históricos marcantes da vida brasileira, caso da expansão colonial lusa em relação ao extremo-sul da América Meridional, da formação do Estado Nacional Brasileiro, da mudança na forma de governo, das transformações advindas da Revolução de 1930, entre vários outros, aparecendo o Rio Grande do Sul como fator decisivo em diversos desses momentos de alterações políticas e/ou institucionais. À época da transição da Monarquia para a República, o cenário político-partidário gaúcho passou por uma série de

* Publicado originalmente em: *Anais do X Ciclo de Conferências Históricas*. Rio Grande: FURG, 2003. p. 139-151.

sobressaltos, com acirradas disputas que culminariam em conflitos bélicos, traduzidos na deflagração da Revolução Federalista, evidenciando-se, mais uma vez, uma discrepância entre as conjunturas do desenvolvimento histórico brasileiro e do rio-grandense.

Os primórdios da transição Monarquia-República se dariam, com maior ênfase, a partir de 1868, com o desgaste advindo da continuidade da Guerra da Tríplice Aliança e a consequente inversão partidária promovida a partir da decisão imperial. A ascensão conservadora levaria os liberais, decaídos do poder, a uma radicalização de seu programa, sem romper com a forma de governo vigente, ao passo que, uma ala mais radical, resolveria defender a ideia da ruptura com as instituições monárquicas, promovendo os ideais republicanos. Uma vez no poder, os conservadores permaneceriam em sua prática política de promover as reformas institucionais de maneira moderada, refletida e paulatinamente, defendendo, por decênios, ideias como a rigorosa observância dos preceitos da constituição, a resistência a inovações políticas, que não fossem maduramente estudadas, a centralização política, a ordem, o progresso pautado e refletido e a unidade do Império sob o “regime” representativo e monárquico. Em resumo, tal agremiação partidária propunha que os atos do Poder Moderador eram exequíveis sem a referenda e sem a responsabilidade, quer legal, quer moral, dos ministros e ainda que cabia ao Imperador imperar, governar e administrar²⁷.

²⁷ Citado por: CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. 2.ed. Brasília: Ed. da UnB, 1985. p. 219.

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

Em oposição, aqueles que consideravam as práticas do Partido Conservador como retrógradas, os liberais viriam a fazer um manifesto “Aos nossos concidadãos”, em 1869, no qual propunham, entre outras medidas, a responsabilização dos ministros pelos atos do Poder Moderador; a máxima – o Rei reina e não governa; a descentralização, no verdadeiro sentido do *self-government*, realizando-se o pensamento do Ato Adicional (1834) quanto às franquezas; a garantia dos direitos individuais, animando e fortalecendo o espírito de associação e restringindo o mais possível a interferência da autoridade; a maior liberdade em matéria de comércio e de indústria; as garantias efetivas da liberdade de consciência; a ampliação e propagação do ensino público e privado; a independência do Poder Judiciário; a reforma do Senado, com a supressão da vitaliciedade; e a redução das forças militares em tempo de paz. Neste sentido, os liberais defendiam a imediata realização das reformas política, eleitoral e parlamentar; policial e judiciária, com ênfase às garantias individuais e à independência dos magistrados; a abolição do recrutamento; a abolição da guarda nacional; e a emancipação dos escravos²⁸.

A maior radicalização viria a declarar-se no ano seguinte, quando os descontentes com a forma de governo vigente realizariam o “Manifesto Republicano aos nossos concidadãos”. Nesse Manifesto de 1870, os republicanos justificavam seus ideais, declaravam-se não revolucionários, afirmando não possuir intenção de convulsionar a sociedade, propunham uma moralização para romper com os “vícios” do “regime” monárquico,

²⁸ Manifesto citado por: CHACON. p. 225-234.

propondo a “bandeira da democracia” e o não-exclusivismo partidário, de modo a abrir a possibilidade de novos adeptos. Os republicanos em seu Manifesto faziam também uma “exposição de motivos”, na qual expressavam várias críticas à Monarquia, mormente ao Poder Moderador e aos “privilégios”, lembrando que os mesmos eram heranças nefastas do período colonial; além disso, aparecia também a rubrica “processo histórico”, na qual os antimonárquicos faziam referência às várias experiências republicanas ou ainda federativas pelas quais o país havia passado, sempre sufocadas pelas forças “retrógradas e conservadoras”. Aparecia também o título “o sofisma em ação”, buscando explicar a falta de representatividade do “regime” republicano; e outro, denominado, “consenso unânime”, no qual os republicanos buscavam corroborar suas convicções a partir da citação das palavras de figuras ilustres da vida política nacional; e, em síntese, os opositores à Monarquia defendiam a “federação” em oposição à centralização político-administrativa e a “verdade democrática”, em nome das liberdades individuais e criticando a concentração de poderes nas mãos do Imperador²⁹.

No Rio Grande do Sul, enquanto os conservadores desgastavam-se e digladiavam-se mutuamente, ao entabularem várias das reformas, mormente às voltadas ao processo de extinção da escravatura, em constantes cisões que em muito enfraqueceram o partido, os liberais cresciam,

²⁹ Manifesto citado por: PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A ideia republicana no Brasil através de documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973. p. 39-62.

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

principalmente quando faziam oposição ao Presidente da Província nomeado pelos conservadores, dominando a Assembleia Provincial e montando uma máquina eleitoral praticamente imbatível. A partir da inversão partidária de 1878, com a ascensão do Partido Liberal no governo central, os liberais gaúchos arrefeceram seu espírito contestador e, lentamente, o incipiente movimento republicano começaria a ocupar este papel de força reivindicativa. Apesar de pouco expressivos em termos eleitorais, os republicanos rio-grandenses caracterizaram-se por uma forte e coesa organização partidária, promovendo núcleos e centros republicanos, organizando suas bases programáticas e fazendo circular um jornal porta-voz de suas ideias.

O movimento republicano gaúcho foi mais tardio em relação ao centro do país, promovido por jovens bacharéis em Direito que haviam respirado os ares republicanos em São Paulo, trazendo a defesa de tais princípios para as terras meridionais. Em princípio, os republicanos rio-grandenses apresentavam um ideário moderado, defendendo quatro ideias centrais: a fraternidade universal, pelo reconhecimento das liberdades espirituais, políticas e civis, pela preponderância da vida pacífica industrial, pela abolição da guerra de conquista e extinção de todo o espírito militar, recorrendo-se ao arbitramento para resolver as discórdias internas ou internacionais; a unidade nacional, sob a fórmula centralização-desmembramento / descentralização-unidade; a garantia da ordem social, sob a égide da lei, assegurando o livre evoluir moral, intelectual e econômico do país, no sentido da emancipação completa do indivíduo e da sociedade; e a liberdade espiritual, pela completa abstenção por parte

do governo de toda a ingerência do domínio das crenças e das doutrinas, com a eliminação de quaisquer privilégios nobiliárquico, teológico ou acadêmico³⁰.

O programa partidário dos republicanos propugnava um governo republicano e não monárquico, com a observância das características próprias de um “regime livre”, tais como, o sufrágio popular, com a eleição direta dos chefes executivos no âmbito federal, estadual e municipal e dos membros das assembleias representativas pelos respectivos eleitores; a temporariedade das funções, com a possibilidade de reeleição dos chefes executivos, desde que com 3/4 do eleitorado; a publicidade de todos os atos administrativos para a apreciação pública; a inteira responsabilidade dos funcionários públicos pelos seus atos escusos; a representação de todas as opiniões políticas pelo sistema do voto proporcional; o voto livre e público; e a faculdade de cassação do mandato dos órgãos administrativos e dos membros das assembleias representativas³¹.

No conteúdo programático defendia-se o governo federativo e não-unitário, com o atendimento às garantias do princípio federal em toda a sua largueza, como o livre exercício da autonomia dos Estados; a competência dos Estados para todos os atos concernentes aos seus negócios peculiares de qualquer espécie, com a liberdade de entabularem suas constituições e leis, a faculdade para contraírem

³⁰ Programa do Partido Republicano Histórico do Rio Grande do Sul citado por: CHACON. p. 293.

³¹ Programa do Partido Republicano Histórico do Rio Grande do Sul citado por: CHACON. p. 293-294.

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

empréstimos externos, a competência para legislarem sobre os processos eleitorais de caráter estadual e municipal; a completa definição das rendas estaduais; a independência dos municípios para elaborarem suas leis orgânicas e regularem a prestação de serviços e a não-intervenção da União nos negócios estaduais, a não ser para repelir invasões, ou para garantir a forma de governo, a ordem, a tranquilidade e as leis. O programa referia-se ainda à organização do poder judiciário, propugnando um governo presidencial e não parlamentar, com autoridades executivas com poder de legislar e responsáveis pelos seus atos públicos; bem como um governo temporal e não espiritual, pregando a total separação entre a Igreja e o Estado e o prevalecimento completo das garantias e liberdades individuais. Complementavam a rubrica “teses políticas”, outros dois segmentos de teses, as “financeiras e econômicas” e as “sociais”³².

O conteúdo moderado expresso no programa partidário, progressivamente iria sendo abandonado pelos republicanos que, liderados por Júlio de Castilhos, passariam a práticas cada vez mais radicais e exclusivistas, mormente a partir da proclamação da República e a posterior ascensão ao poder. Vários dos pontos propostos no programa seriam deixados de lado, notadamente os ligados aos direitos individuais que foram sufocados pelo regime ditatorial, em nome da salvação das instituições republicanas, mas, em verdade, na defesa do modelo castilhista, havendo uma adaptação da doutrina positivista, metabolizada e transformada

³² Programa do Partido Republicano Histórico do Rio Grande do Sul citado por: CHACON. p. 294-301.

para servir aos desígnios dos novos detentores do poder no contexto regional. O pensamento e as práticas castilhistas passaram a ter por fim primordial a continuação dos republicanos no poder, isto é, os republicanos que fossem fiéis seguidores do castilhismo, moldando-se para isso fortes aparelhos político-eleitoral, burocrático-administrativo e policial-repressivo, bem como as próprias instituições estaduais.

O grande mecanismo utilizado pelos castilhistas na busca pela perpetuação no poder estava calcado na constituição instituída em 1891, e cujas determinações serviam a contento aos intentos dos seguidores de Castilhos. A constituição castilhista garantia uma preponderância extremada do Executivo, pois previa que a suprema direção governamental e administrativa do Estado competia ao Presidente do Estado, que a exerceria livremente, conforme o bem público, interpretado de acordo com as leis. Como “chefe supremo” do Estado, ao Presidente competia entre outras atribuições as de promulgar as leis; dirigir, fiscalizar e defender todos os interesses do Estado; organizar, reformar ou suprimir serviços, expedir decretos, regulamentos e instruções para a fiel e conveniente execução das leis; preparar o projeto de orçamento de receita e despesa do Estado a ser apreciado pela Assembleia de Representantes; contrair empréstimos; autorizar desapropriações; organizar a força pública do Estado; mobilizar e utilizar a guarda policial dos municípios; criar e prover os cargos civis e militares; estabelecer a divisão judiciária e civil; resolver sobre os limites dos municípios; manter relações com os outros Estados da União; declarar sem efeito as resoluções ou atos das autoridades municipais;

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

organizar e dirigir o serviço relativo às terras do Estado; desenvolver o sistema de viação e navegação; conceder aposentarias, jubilações e reformas; conceder prêmios honoríficos ou pecuniários; e providenciar sobre o ensino primário, gratuito, livre e público. Além de todas essas atribuições, o Presidente tinha o direito de escolher seu vice, bem como era garantida a sua reeleição desde que conseguisse atingir os 3/4 do eleitorado³³.

Diante de toda essa concentração de poderes nas mãos do Presidente, o suposto legislativo estadual tinha uma função praticamente decorativa, não sendo nem ao menos uma assembleia legislativa, tendo em vista que a atribuição da feitura das leis também estava sob a égide do executivo, de modo que o Rio Grande do Sul possuía uma Assembleia de Representantes com funções meramente orçamentárias. A constituição regulava as funções da Magistratura, junto a qual o Presidente também exercia certa influência, com a escolha dos juízes distritais; assim como previa as formas de organização municipal e definia as “garantias gerais de ordem e progresso do Estado”, nas quais ficavam expressos alguns dos direitos civis e individuais do cidadão, todos norteados por certa preponderância do Estado sobre o indivíduo³⁴.

O modelo autoritário e exclusivista, somado ao clima de tensão política típico dos primeiros tempos

³³ Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul de 14 de Julho de 1891, citada por: OSÓRIO, Joaquim Luís. *Constituição política do Estado do Rio Grande do Sul: comentário*. Brasília: Ed. da UnB, 1981. p. 285-289.

³⁴ Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul de 14 de Julho de 1891 citada, por: OSÓRIO, 1981. p. 292-300.

republicanos levaria a um recrudescer no espírito repressivo por parte das autoridades governamentais que, se aproveitando dos ditames constitucionais concentraram cada vez mais poderes em suas mãos, restringindo ao mínimo as liberdades individuais e a autonomia municipal. Em nome da salvação das instituições, em verdade na busca desenfreada por permanecerem no poder, os castilhistas deixaram de lado vários dos princípios defendidos à época da propaganda republicana, perseguindo indivíduos e restringindo o direito de expressão, fenômenos observados em escala bem menor durante o, tão criticado pelos republicanos, II Reinado. Os sectários de Júlio de Castilhos expurgaram qualquer possibilidade de ascensão ao poder não só dos adversários, como também dos aliados que, porventura, não seguissem à risca a cartilha do líder máximo do partido.

Esse exclusivismo partidário empregado pelo castilhismo iria promover a formação de uma significativa força oposicionista. Na oposição, viriam a colocar-se o Partido Liberal, agremiação forte e bem organizada nos últimos tempos monárquicos e que fora apeada do poder e os conservadores que, mesmo com alguns de seus membros tendo se tornado republicanos de última hora, também sofreram com o alijamento de parte dos castilhistas. Ao contrário de outros Estados, onde ocorreu uma tendência de aproximação, assimilação e/ou cooptação dos seguidores dos antigos partidos imperiais para as hostes republicanas, no Rio Grande do Sul, as práticas exclusivistas levariam a um profundo afastamento entre esses segmentos partidários. A liberais e conservadores viriam somar-se diversas levadas de dissidentes do Partido Republicano que, em

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

diferentes épocas, ou discordaram das práticas de Júlio de Castilhos, ou sofreram o expurgo de parte do líder que exigia somente seguidores plenamente fiéis, bem como desejava que sua liderança não fosse, de modo algum, ofuscada e, muito menos, contestada.

Desde cedo, após a proclamação da República, as forças oposicionistas buscariam formas de aproximação e organização interna, de modo a criar certo espaço de resistência à crescente ascensão do modelo castilhista. Já em 1890, liberais e conservadores, somados a alguns dos primeiros dissidentes republicanos, viriam a formar a União Nacional. Definindo-se como uma frente partidária, tal agrupamento oposicionista pretendia reunir esforços em prol da ordem, da liberdade e da integridade nacional, vivendo “com o povo e para o povo”, propondo-se a manter completa independência de ação, fiscalizando os atos do governo com plena liberdade. A União Nacional buscava se apresentar não como um partido no sentido estrito da palavra e sim como um conjunto de partidos, em uma aliança na qual poderiam formar os cidadãos desagregados dos partidos existentes³⁵, em outras palavras os aliados do poder pelo exclusivismo castilhista.

Como frente partidária que buscava congregar elementos com diferenças políticas e ideológicas entre si, a União Nacional apresentou um programa amplo, que vislumbresse os diversos interesses de seus integrantes. Mantendo uma aspiração do antigo Partido Liberal, o programa defendia a liberdade religiosa, de modo a criar-se um regime de tolerância para todas as crenças, o

³⁵ OSÓRIO, Joaquim Luís. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1930. p. 61-62.

único que conviria a uma “nação civilizada”. Tendo em vista as perseguições políticas promovidas de parte das autoridades governamentais, a União Nacional propunha plena liberdade civil, garantindo aos cidadãos brasileiros o livre exercício de seus direitos políticos. Por motivo da verdadeira compressão eleitoral vivida no Rio Grande do Sul, o conteúdo programático da agremiação oposicionista defendia a plena liberdade política, de modo a garantir-se ao eleitorado a livre escolha de seus representantes³⁶.

A pedra de toque dos oposicionistas rio-grandenses oriundos dos antigos partidos monárquicos, a qual permaneceria como um de seus principais pontos de luta ao longo de decênios, já presente no programa da União Nacional, era a proposta de um sistema parlamentarista, segundo seus integrantes, o único capaz de evitar a concentração de poderes em mãos do Executivo, exatamente o ponto chave do modelo castilhistas. Nesse sentido, a União Nacional exigia a restauração do regime representativo parlamentar, o qual restringiria tanto quanto possível a ação do poder Executivo, de maneira a limitar a influência pessoal do chefe de Estado. Buscando apontar para uma das incongruências do castilhismo, uma vez que os republicanos, à época da propaganda, defendiam a plena descentralização político-administrativa, e, uma vez no poder, passaram a tomar atitudes que, de certo modo, contrapunham esse princípio, a União Nacional defendia a descentralização política e administrativa, de modo que se pudesse realizar no país, uma “república

³⁶ Programa da União Nacional citado por: OSÓRIO, 1930. p. 67.

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

federativa”, a qual seria a “aspiração” do “povo brasileiro”³⁷.

O exclusivismo castilhistas não poupou nem mesmo republicanos históricos que discordaram do modelo autoritário, ou ainda, do poder unipessoal em torno de Júlio de Castilhos, formando-se uma série de dissidências ao Partido Republicano. Nessa linha, em 1891, dissidentes republicanos fundariam o Partido Republicano Federal que, em um primeiro momento, se coligaria com os membros da União Nacional. O programa do Partido Republicano Federal mantinha alguns dos pontos já presentes na proposta daquela primeira frente oposicionista, como a completa liberdade individual, sem intervenção do temporal. Esse ideal era detalhado, defendendo-se a liberdade de cultos, que já deveria estar realizada, porém não seria compreendida pelo governo, que ainda decretava continências militares aos símbolos religiosos; e a secularização dos cemitérios, que já fora decretada, mas, segundo os oposicionistas, de modo insuficiente, devendo ser completada pela permissão expressa de poderem as associações religiosas administrarem seus cemitérios e prover ao serviço funerário dos mortos, abolido o monopólio³⁸.

O conteúdo programático do Partido Republicano Federal fazia também referência aos direitos individuais, propondo a abolição dos privilégios acadêmicos; a plena garantia da liberdade de exposição verbal ou por escrito; a liberdade de reunião, quer se

³⁷ Programa da União Nacional citado por: OSÓRIO, 1930. p. 67.

³⁸ Programa do Partido Republicano Federal citado por: OSÓRIO, 1930. p. 81.

tratasse de agremiação de indivíduos associados sob um regime especial, quer se considerassem as grandes assembleias populares verificadas em recintos limitados ou na praça pública; a plena liberdade industrial, a liberdade de testar, a qual já fora afirmada como oportuna e urgente na constituinte e que se completaria pela liberdade de adotar, atribuição também inalienável da instituição da família; e a supressão de todos os privilégios, honorabilidade, justiça e fraternidade na ação do poder público³⁹.

Os membros do Partido Republicano Federal defendiam também a autonomia do poder local. Lembrando a divisa positivista, a agremiação oposicionista definia-se “em uma palavra” – ordem e progresso, e adotava por divisa a frase, “revisionistas na União, autonomistas no Estado”. Um dos pontos mais delicados do programa dos republicanos federais, discrepante em relação aos membros da União Nacional, estava ligado à adoção do sistema presidencialista de governo. Nesse sentido, tal conteúdo programático propunha a autoridade presidencial, com uma “câmara orçamentária”, competindo a esta a fiscalização da renda pública e do destino dado ao imposto “arrancado ao suor” do contribuinte, cabendo àquela muitas das autoridades legislativas que até então vinham sendo confiadas aos parlamentos, para disfarçar a ação despótica dos reis ou dos presidentes de falsas repúblicas e assim assegurar-lhes a irresponsabilidade⁴⁰.

³⁹ Programa do Partido Republicano Federal citado por: OSÓRIO, 1930. p. 82.

⁴⁰ Programa do Partido Republicano Federal citado por: OSÓRIO, 1930. p. 81-82.

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

Desse modo, no que tange ao sistema de governo, a proposta dos dissidentes, tendo em vista sua matriz ideológica, estava muito mais próxima do modelo castilhistas do que dos sectários dos antigos partidos imperiais, criando-se uma aresta que seria indelével e incorrigível nas inter-relações entre essas forças oposicionistas que não chegaram a conseguir vencer essa diferença. De tal heterogeneidade adviriam consequências desastrosas para a coesão das forças anticastilhistas.

A falta de identidade entre as frentes oposicionistas se tornariam ainda mais evidentes no breve período entre o fim de 1891 e os primeiros meses do ano seguinte, quando os castilhistas foram apeados do poder, tendo em vista as reações ao golpe de Estado perpetrado pelo Presidente da República, Deodoro da Fonseca. Nesse pequeno íterim, as forças anticalhistas não conseguiram articular-se entre si, não superando suas diferenças ideológicas e não conseguindo compartilhar o controle do aparelho do Estado. A frente governista formada por integrantes dos antigos partidos monárquicos e por dissidentes republicanos, logo se desfaria e a administração pública passaria a ser controlada por estes, com o afastamento dos primeiros que viriam a formar mais uma frente partidária de oposição tanto ao castilhismo quanto ao governo dos dissidentes. Cercadas pelas pressões de ambos os lados, as dissidências republicanas não resistiriam, abrindo-se espaço para mais um golpe e a volta dos castilhistas ao poder do qual não seriam retirados por décadas.

A frente oposicionista formada por ex-liberais e ex-conservadores, sob a ascendência dos primeiros, formaria o Partido Federalista, instituído a partir do

Congresso de Bagé de 1892. Sob a liderança do liberal Gaspar Silveira Martins, o Partido Federalista se constituiu na mais longeva das forças de oposição ao castilhismo, perdurando à deflagração da guerra civil, conhecida como Revolução Federalista, passando por reformulações na virada do século XIX para a centúria seguinte e permanecendo, mesmo após a morte de sua liderança máxima, na resistência ao sistema castilhistaborgista durante vários decênios. Dentre as propostas dos federalistas, destacavam-se a república parlamentar; a eleição do Presidente pelo Congresso Nacional; a reforma da bandeira nacional com a abolição de seu lema de cunho positivista (lema da “religião anticristã de Augusto Comte”, segundo os oposicionistas); os militares em atividade não poderiam votar e, caso eleitos, só poderiam exercer o cargo político mediante afastamento da função militar; a presença de um delegado político em cada Estado, para fiscalizar o cumprimento de todos os serviços a cargo da União; e a intervenção do governo federal nos estados, em caso de guerra civil⁴¹.

Os intentos do Partido Federalista estavam em completa consonância com as dificuldades pelas quais passavam as oposições no Rio Grande do Sul, completamente alijadas do processo eleitoral e premidas pelo autoritarismo e pela pressão governamentais. Além das questões de fundo, como a proposta parlamentarista, os oposicionistas defendiam aspectos circunstanciais como a necessidade de intervenção do governo federal no sentido de, ao menos, intermediar as relações entre

⁴¹ Programa do Partido Federalista citado por: OSÓRIO, 1930. p. 105.

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

situação e oposição no sul do Brasil. Mais tarde, os federalistas reformulariam seu conteúdo programático, propondo a substituição da “constituição comtista” do Estado por uma constituição “republicana representativa”, modelada segundo os princípios do governo parlamentar; a eleição do Presidente por quatro anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte; eleição da Câmara por quatro anos, por distritos eleitorais; iniciativa do governo e da Câmara na apresentação das leis, com exceção das que competissem exclusivamente a esta; autonomia municipal; Poder Judiciário de Estado; e liberdade de imprensa⁴². Terminada a Revolução de 1893-1895, o Partido Federalista, mesmo promovendo outras reformas programáticas, permaneceria atacando de frente alguns dos pontos fundamentais que garantiam a manutenção do modelo castilhistas, como a constituição e a concentração de poderes nas mãos do Presidente que a mesma previa, propondo como alternativa uma república parlamentar em moldes liberais.

As forças oposicionistas persistiriam acusando o autoritarismo do regime castilhistas, exigindo mudanças na constituição estadual, sob o argumento de que algumas das disposições da mesma contrapunham as expressas na própria constituição federal. Apesar dessas discrepâncias entre as cartas estadual e federal serem evidentes, os anticastilhistas não conseguiram obter um de seus intentos quanto a uma possível intervenção no Rio Grande do Sul, de modo a eliminar essas incongruências. Prevaleceram assim, as relações de

⁴² Programa do Partido Federalista citado por: OSÓRIO, 1930. p. 106.

interdependência entre a esfera nacional e as regionais, expressas na “política dos governadores”, pela qual os governantes no contexto federal dependiam do apoio das autoridades estaduais, contando estes com as recíprocas inter-relações de sustentação no mando, de modo que os Presidentes da República buscaram não se imiscuir nos assuntos rio-grandenses. Isso serviria para a continuidade do castilhismo-borgismo no poder até os anos vinte quando, só a partir de uma nova guerra civil, o *status quo* estabelecido pelos castilhistas viria a ser modificado.

Assim, a vida partidária durante o processo de transição Monarquia-República se constituiria em mais um dos momentos em que ficaram demarcadas as singularidades sul-rio-grandenses em relação ao resto do país⁴³. O movimento republicano rio-grandense foi mais tardio que no restante do Brasil, promovido por jovens políticos – não vinculados às tradicionais oligarquias que

⁴³ Sobre o cenário político rio-grandense dessa época, ver: ALVES, Francisco das Neves. A transição Monarquia-República no Rio Grande do Sul: um enfoque político. In: ALVES, F.N. & TORRES, L.H. (orgs.). *Temas de História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1994. p. 111-126.; FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.; LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Vida política no século 19*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.; PINTO, Céli Regina. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.; e TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 119-191.

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

até então ocupavam o poder – que não defendiam ideais liberais e sim positivistas, propondo e implementando um modelo ditatorial, com o predomínio do Executivo e desenvolvendo práticas autoritárias e exclusivistas. Ao contrário da republicanização razoavelmente tranquila que ocorrera na maior parte do país, no Rio Grande do Sul, a confusão ideológica acerca dos modelos de implementação da República⁴⁴ foi mais duradoura e trouxe efeitos mais drásticos. Não havendo o espírito de conciliação entre os antigos e os novos detentores do poder e sim, a exclusão daqueles por parte destes, impedindo-os de qualquer chance de ascensão ao poder, ocorreria a gênese de uma ferrenha oposição que, por décadas combateria, o sistema castilhistaborgista. Formando frentes e partidos políticos que revelavam as heterogeneidades entre si, tais grupos anticastilhistas buscaram apresentar modelos alternativos àquele criado por Júlio de Castilhos e, ainda que não tivessem conseguido chegar ao poder ao longo de toda a República Velha, demarcaram sua ação de luta e resistência, como mais uma das características típicas da singular vida política rio-grandense-do-sul.

⁴⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. p. 42.

Os primórdios da Revolução Federalista sob a perspectiva da imprensa: estudo de caso

A incipiente República Brasileira teve na Revolução Federalista o mais grave conflito de sua fase de consolidação. Essa revolução resultou de um confronto intra-oligárquico no Rio Grande do Sul, o qual atingiria proporções nacionais, ainda mais quando se vinculou à Revolta da Armada. O exclusivismo político dos castilhistas, as disputas entre as oligarquias ascendentes e tradicionais, os interesses regionais e, mormente os enfrentamentos pelo controle do aparelho do Estado foram alguns dos elementos constitutivos que demarcaram o contexto de fermentação e eclosão do processo revolucionário, como bem destaca a produção historiográfica, mormente a entabulada nas últimas décadas, acerca do tema. Ao lado do confronto armado, a Revolução de 1893-1895 seria marcada por um conflito discursivo estabelecido por meio da imprensa, servindo os jornais como verdadeiros arautos das partes que se enfrentavam, ganhando o discurso jornalístico de cunho político um significativo espaço junto às folhas gaúchas, reproduzindo e influenciando os acontecimentos de então, refletindo a própria conjuntura brasileira da época da transição Monarquia-República. As diversas discussões quanto à teoria, à historiografia e à contextualização que envolve a Revolução Federalista não estão aqui colocadas, tendo em vista os limites estabelecidos para este ensaio, que busca realizar um

breve estudo de caso acerca das relações entre imprensa, política e discurso, trazendo à cena um relevante jornal gaúcho da época, o *Eco do Sul*. Circulando entre 1858 e 1934, o *Eco* foi um dos mais longevos periódicos do Rio Grande do Sul, caracterizando suas construções discursivas por um forte partidarismo. Defensor ardoroso dos conservadores, com a República, logo se aliaria aos dissidentes republicanos e, posteriormente, aos federalistas, vindo a constituir um dos maiores baluartes na oposição e resistência ao castilhismo.

A repressão ao jornalismo, típica do autoritarismo governamental das autoridades republicanas levou o *Eco do Sul* a refrear grande parte de seu partidarismo, mormente à medida que se agravava a crise política. Nessa linha, a publicação rio-grandina chegou a anunciar uma mudança na sua orientação editorial, declarando que se afastaria dos embates de cunho político, afirmando que, tendo em vista os “acontecimentos que enlutam a moral política do nosso país e muito principalmente do nosso Estado”, não existiria “homem, por maior vontade que tenha de servir à causa pública, que não sinta o desânimo e a descrença na sinceridade de todos os sentimentos cívicos”, de modo que, esses fatos provocavam a descrença generalizada, convencendo “de que os sacrifícios não foram feitos para as lutas do partidarismo” (8 jun. 1892). Dessa maneira, diminuiram significativamente o número de editoriais envolvendo a discussão política e partidária expressos nas páginas do jornal, ainda assim, de junho a agosto de 1892, em escala bem menor, continuaram aparecendo artigos de natureza política. Em um deles, eram previstos dias nefastos para o Rio Grande do Sul, com a volta de Castilhos ao poder, prenunciando uma

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

iminente conflagração militar. Segundo a folha, dentre os sectários do novo governo haveria “premeditações das vinganças, sanhas mal contidas, punhos fechados que ameaçavam e risadas surdas que maldiziam” o amanhã, de modo que chegara a “hora do extermínio, do sangue, do pranto, do pavor e das maldições” (19 jun. 1892) apontando para a iminência da guerra civil. Em outro artigo, o periódico questionava como “homens sem crenças poderiam algum dia dignificar um credo político” e indicava que a resposta fosse dada pelos “amigos do Sr. Castilhos, que tão desesperadamente estavam lutando para firmar o governo de seu chefe” (1º jul. 1892).

Diante de uma visita do líder castilhista à cidade do Rio Grande, o jornal denunciou uma série de boatos que se espalhavam de que o *Eco* seria responsabilizado por qualquer “alteração da ordem” que se desse durante os festejos, diante do que suas oficinas seriam “assaltadas e destruídas”. O periódico destacava que essa possibilidade de empastelamento não passaria da “execução de um crime há muito planejado”, diante do que não haveria como solicitar garantias às autoridades, pois, como aqueles festejos eram “um prolongamento da maré montante da legalidade” governista, “as garantias para o *Eco do Sul* deveriam estar suspensas”, pois este fora um “batalhador” contra aquela situação reinante. Apesar dos “grupos suspeitos” que circularam em torno do prédio onde funcionava a redação, a anunciada depredação não chegou a acontecer (12 ago. 1892). Apesar das ameaças, o *Eco* continuou divulgando notícias sobre a crise política que tomava conta do Rio Grande do Sul e, a 17 de agosto de 1892, após estabelecer um breve retrospecto dos conturbados últimos meses, o

jornal declarava que, mesmo buscando adotar uma postura neutra, independente e sem ligações partidárias, não pretendia se calar diante da situação.

Essa predisposição para o debate político era inspirada, segundo o periódico, “pelos mais nobres sentimentos” e “pelo estudo calmo e refletido de fatos que se desencadeavam de uma maneira vertiginosa, emprestando um caráter de instabilidade a tudo” como se o Estado estivesse “em plena *Babel* ou sobre um vulcão prestes a explodir”, os quais teriam levado à “patriótica, independente e imparcial atitude assumida na imprensa rio-grandense” (18 ago. 1892). Defendendo essa postura, o jornal revelava um entendimento com relação à neutralidade diverso daquele proposto pelos governistas, uma vez que entendiam “os diretores espirituais do partido dominante que imprensa neutra e imparcial” seria aquela “que cobria com o manto transparente de um silêncio criminoso todas as desgraças que asoberbavam o Rio Grande do Sul” e ainda “que flagelavam este generoso e nobre povo”. O diário manifestava seu pensamento, divergente do expresso pela situação reinante, sob o argumento de que se não tinha “nenhuma filiação partidária”, se julgaria com alguma “no momento em que se fizesse de mudo e surdo aos clamores do povo rio-grandense, atropelado pelo trabuco e o punhal das hordas *legalistas*”. De acordo com essa perspectiva, a folha explicava que se optasse pelo silêncio “estaria quebrada a sua neutralidade”, significando “para uns – um crime, para outros – uma adesão” (19 ago. 1892).

Nesse sentido, mesmo que os pronunciamentos político-partidários viessem numericamente diminuindo de forma progressiva, o periódico continuou publicando

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

textos de indivíduos vinculados às forças anticastilhistas, como Wenceslau Escobar, Barros Cassal e Demétrio Ribeiro. Além disso, eram divulgadas constantemente notícias sobre a violência no Estado, denunciando: “degolas”, “crimes horrorosos”, “incêndios”, “assassinatos”, “escândalo”, “assalto e violência”, “ossamenta humana”, “bárbaro assassinato”, empastelamentos e a falta de garantias individuais. O diário rio-grandino imputava toda a culpa pela crise aos governistas, declarando que estes haviam lançado “o Estado na mais deplorável anarquia”, tornando-o “inabitável, pela absoluta falta de garantias de vida e de propriedade”, sendo o mesmo convertido em uma “terra de selvagens que não tinham instintos do bem, que não possuíam sentimentos de humanidade”, praticando-se atrocidades em nome da legalidade (22 out. 1892). A respeito das eleições estaduais, o *Eco* buscou acusar a fraude, destacando a “ilegitimidade” do pleito que só teria servido para dar continuidade aos situacionistas no poder, constituindo as mesmas uma “representação abaixo das que se dizia *para inglês ver*”, e em uma “pública bambochata governamental” (20 nov. 1892). Após a posse de Júlio de Castilhos, retomando o governo do Rio Grande do Sul, o jornal prenunciava que a conturbação política iria agravar-se, rumando-se para um inevitável caminho em direção à guerra civil. A folha explicava que preferia poder anunciar o fim da crise que se avizinhava, porém, diante das atitudes dos governantes, isso se tornava impossível. Na opinião do periódico, Castilhos não conseguiria “abafar o movimento revolucionário, que estava latente e que, mais dia menos dia, explodiria”, atirando os gaúchos “a pior das lutas, a de irmãos contra irmãos”. Destacava

enfim, que “o Dr. Castilhos não poderia mais conter a onda e que ela o arrastaria, indubitavelmente” (4 fev. 1893).

Às portas da conflagração revolucionária, o *Eco* declarava que fora “o governo, por todos os seus porta-vozes atroadores, que mais desinquietara o Estado”, tornando-se uma “inelidível verdade a invasão armada por parte de quantos repeliam esta situação de crimes medonhos e que tentavam reivindicar brios conculcados” (5 fev. 1893). Deflagrada a revolta, o jornal reclamava da falta de informações precisas sobre o conflito, explicando que, “como em toda parte, ignorava-se nessa cidade o que havia sobre a Revolução Federalista”, já que “o boato muito tinha perdido nas suas explorações, porque a recusa geral em crerem nele era já bastante pronunciada”. A folha culpava o governo por essa dificuldade em obter notícias, tendo em vista os bloqueios aos serviços telegráficos que só teriam deixado de atingir as publicações governistas, das quais estariam partindo informações não muito confiáveis, diante do que avisava que tomassem cuidado “os leitores imparciais ou oposicionistas”, não se deixando “enlear nestas maroscas” (15 mar. 1893). Pouco mais de um mês depois do início da rebelião, o periódico noticiava que a “guerra intestina no Estado” ia “dia a dia tomando as maiores e mais assustadoras proporções”, nessa “tragédia horrível chamada revolução”, a qual, ainda no começo, já proporcionara “muita viuvez e muita orfandade, muitas dores, muitas lágrimas e lamentos”, além da “fome e da miséria”, que já se apresentavam “com todo o seu lúgubre cortejo de sofrimentos” (25 mar. 1893). Lamentava o diário que todos “estes males, de tão incalculáveis efeitos”, estivessem sendo realizados

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

“apenas” para manter Júlio de Castilhos no governo. Segundo a folha, os castilhistas eram os responsáveis por aquele derramamento de sangue, já que representavam um governo “opressor e filho da traição” que era repellido pela “maioria do povo rio-grandense”. O periódico descrevia a luta como o enfrentamento contra uma “tirania impopular”, defendendo a revolução, uma vez “que ela só tinha por fim derrubar o governo” o qual não podia “inspirar confiança nem garantir a ordem e a paz tão necessárias à vida da sociedade rio-grandense”, estando o mesmo, por isso, “incompatibilizado com a maioria do Estado” (25 mar. 1893).

Transcorridos mais de dois meses do conflito, o jornal buscava noticiar os acontecimentos da Revolução, descrevendo que continuavam ocorrendo “as mais lamentáveis anomalias”, diante do que “a sociedade em geral via-se abatida, prostrada por esta atmosfera de fumo que a envolvia e o pânico natural decorrente” que a oprimia “como um guante de ferro” (7 abr. 1893). A folha ainda conseguiria informar sobre o confronto bélico por mais alguns meses, continuando a acusar os governantes nas esferas federal e estadual como os responsáveis pela continuidade da luta. Denunciava também “os assassinatos e os assaltos à alheia propriedade, cometidos pela desenfreada patriotada castilhista” que, autorizada pelo “governo da *legalidade*”, levava a “devastação e o morticínio” coroando uma “obra de destruição” (14 jun. 1893). O diário permanecia argumentando que “o castilhismo era incompatível com a liberdade”, razão pela qual o Governo Federal, “elevando-se à altura de sua missão”, deveria retirar-lhe o “impatriótico” apoio, pois eram “os revolucionários do Rio Grande que lutavam em nome da liberdade”, a

“causa de todos os povos”, não podendo, portanto, “ser vencidos, porque a nação assim não o queria” (16 jun. 1893).

Entre 10 e 21 de julho de 1893, por ocasião da tentativa de invasão do Rio Grande pelos revoltosos, o *Eco* teve a sua edição suspensa. No seu retorno, não alterou suas convicções, apontando que o caminho para a paz seria o intervencionismo federal, declarando que, “partindo do alto, a intervenção para a pacificação do Rio Grande” deveria ser abraçada “por gregos e troianos”, de modo a promover “a felicidade do Sul” e “a solidificação do novo regime” (28 jul. 1893).

Nesse contexto, o *Eco do Sul* constituiu uma das poucas publicações rio-grandinas que continuou abordando o conflito político e militar, mesmo após o seu início, e, resistindo à incisiva coerção das autoridades públicas, prosseguiu informando sobre a revolta. E, mais do que isso, o periódico manteve uma postura crítica em relação aos situacionistas, negando-se a permanecer em silêncio absoluto ou a se entregar ao oficialismo governamental, atitudes que dominavam boa parte dos jornais de então. Mesmo que, numericamente, os pronunciamentos político-partidários direta e abertamente expressos pela folha tenham decrescido de modo significativo à medida que o confronto bélico se agravava, suas páginas continuaram recebendo escritos de elementos associados direta ou indiretamente com os opositores ao castilhismo. Dessa forma, o jornal rio-grandino consistiu um dos únicos espaços públicos onde a voz dos rebeldes ainda se fez ouvir, nos primeiros tempos da Revolução Federalista.

Além disso, o diário continuou divulgando os acontecimentos violentos ocorridos nas mais diversas

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

localidades gaúchas. Ainda identificando as forças governistas como autoras desses atentados, o periódico denunciava “roubos e morticínios”, “saques e assassinatos”, “selvageria – criança esquartejada”, “governo do crime”, “cenas horríveis” e “anarquia mental e moral”. Eram também publicadas notas e transcrições divulgando as atividades dos revoltosos e a folha chegou a promover a campanha “Pelos feridos”, em maio de 1893, quando abriu as portas de seu escritório para receber subscrições em favor dos federalistas. Outra das denúncias do jornal durante os primeiros meses da Revolução foi a relacionada ao cerceamento à liberdade de imprensa, chegando a publicar, por diversas vezes, páginas com colunas vazias, representando o controle direto sobre a divulgação de informações. Quanto às restrições à liberdade de expressão, o periódico utilizou-se também de afirmações irônicas que, em grandes letras, ocupavam uma coluna inteira, como “Pela fronteira reina a paz... e aqui a rolha” (24 fev. 1893), denunciava ainda que a própria “liberdade de correspondência” estava comprometida, tendo em vista o domínio do telégrafo pelo “tiranete que oprimia” os rio-grandenses (6 jun. 1893).

Essa resistência, entretanto não conseguiu se manter além de outubro de 1893, quando até mesmo o *Eco* sucumbiu às determinações do Governo Federal, que restringiram a liberdade de imprensa. Ainda que denunciando as desigualdades quanto ao tratamento dados aos jornais governistas, afirmando ironicamente que “nem sequer de longe passaria pela mente que a referida lei não fosse igual para todos” (19 out. 1893), a folha rio-grandina teve de mergulhar em uma fase de

absoluto silêncio político-partidário. Apesar do silenciar quanto aos embates políticos e militares passando a publicar notícias do exterior, variedades e amenidades, as perseguições prosseguiram e o diário não teve outra alternativa que não fosse suspender a publicação, a 6 de abril de 1894, quando, por ocasião do intento rebelde de tomar a cidade do Rio Grande, o cerco das autoridades públicas para com a folha tornou-se insuportável, permanecendo a interrupção até setembro de 1895, após o final do conflito bélico.

Assim, a construção discursiva do *Eco do Sul*, enquanto foi possível, orientou-se pela ferrenha oposição ao castilhismo e apoio às forças revolucionárias. Para o jornal, os rebeldes lutavam em nome da liberdade, que seria a “causa de todos os povos”, de modo que não poderiam ser vencidos porque assim a nação não o queria. Os castilhistas eram apontados como os culpados pela deflagração da guerra civil, pois representavam um governo “opressor” e “filho da traição”, o qual seria repellido pela maioria dos rio-grandenses, além disso, toda a violência que se alastrava pelas terras gaúchas, era de responsabilidade dos governistas. Só a repressão e a legislação coercitiva viriam a calar o *Eco do Sul*, porém, o silêncio seria temporário, pois a oposição e a resistência persistiriam após o encerramento da revolta e a retomada da publicação, mantendo-se o jornal como uma das mais combativas folhas no seio do jornalismo sul-rio-grandense.

A presença do jornalismo político-partidário em jornais pouco longevos do Rio Grande na segunda metade do século XIX*

O período que vai do final da década de 1860 até a virada do século XIX foi demarcado por uma série de transformações no Brasil, refletindo o processo de transição da Monarquia à República. Essas mudanças se originaram a partir da conclusão da Guerra do Paraguai e o consequente desgaste material e humano de cinco anos de enfrentamento bélico, o endividamento externo e uma nova postura trazida por alguns dos militares que do conflito participaram, advinda do contato com os republicanos países platinos e da conscientização do papel por eles exercido na manutenção do Governo Monárquico. Entre os decênios de 1870 e 1880, a Monarquia sofreu profundo desgaste, perdendo alguns de seus pilares básicos de sustentação – a Igreja, o Exército e a escravidão. O agravamento da crise monárquica era diretamente proporcional ao crescimento do movimento republicano, no entanto, a proclamação da República surpreenderia muitos dos próprios republicanos, uma vez que resultou de um golpe militar.

* Publicado originalmente em: *Biblos*, v. 9, p. 45-58, 1997.

No Rio Grande do Sul, os últimos anos do Império foram de domínio político do Partido Liberal que, nas décadas anteriores, crescera na oposição, com um programa amplamente reformador, tornando-se hegemônico, em âmbito provincial, entre 1872 e 1889. O movimento republicano rio-grandense apresentou significativas singularidades em relação ao restante do país, pois foi tardio e promovido por jovens sem vínculos políticos anteriores e não ligados às oligarquias tradicionais, as quais, inclusive, tiveram de combater, além disso, houve o predomínio de uma doutrina positivista como base ideológica, diferentemente das outras unidades da federação nas quais prevaleceram os princípios liberais.

Uma vez no governo, os republicanos rio-grandenses promoveram uma política de exclusivismo partidário, garantindo espaço político apenas aqueles elementos afinados com o ideário e submissos à liderança de Júlio de Castilhos, que, por sua vez, montou um aparelho político-institucional que visava a garantir a perpetuação do Partido Republicano Rio-Grandense no poder. O alijamento dos elementos não ligados ao castilhismo levou a uma série de confrontos políticos, partidários e ideológicos e, vencidas as instâncias do debate, redundou na deflagração da Revolução Federalista, cujos efeitos se fizeram presentes na vida política sul-rio-grandense durante toda a República Velha.

Nesse contexto, os últimos trinta anos do século XIX foram caracterizados pela forte presença dos conflitos político-partidários através da imprensa. Desse modo, traduzindo as próprias disputas que marcaram o cenário político nacional e notadamente o regional,

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

durante o processo de mudança da forma de governo, a “classe política transformou a imprensa em agente orgânico da vida partidária”⁴⁵.

Assim, praticava-se um jornalismo predominantemente opinativo, expressando os jornais seus “interesses e vínculos com grupos políticos”, atividade essa “decorrente da militância política como elemento fundamental da estrutura argumentativa de seu discurso de convencimento ideológico e mobilização política”⁴⁶. Na cidade do Rio Grande, alguns dos principais grupos políticos que atuaram nessa época se manifestaram através do jornalismo, com destaque para o praticado pelos diários mais longevos, mas também

⁴⁵ RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1993. p. 24. Sobre o caráter marcadamente político da imprensa dessa época, observar também: SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. p. 263 e 268. RÜDIGER, Francisco Ricardo. A imprensa: fonte e agente da Revolução de 1893. In: *Anais do Seminário Fontes para a História da Revolução de 1893*. Bagé, URCAMP, 1983. p. 34-5. FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre, Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962 (quinta série). p. 197. e FRANCO, Sérgio da Costa. A evolução da imprensa gaúcha e o *Correio do Povo*. *Revista do IHGRS*. n. 131, 1995. p. 36-7.

⁴⁶ FÉLIX, Loiva Otero. Pica-paus e maragatos no discurso da imprensa castilhistas. In: POSSAMAI, Zita (org.). *Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura, 1993. p. 51. e FÉLIX, Loiva Otero. Mito e alegoria: o universal e o nacional na luta federalista. In: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande, Ed. da FURG, 1993. p. 157.

por outros periódicos, de duração em geral mais efêmera, que se mostraram mais abertos à expressão direta de opiniões, inclusive político-partidárias. Dessa maneira, liberais, positivistas, castilhistas, monarquistas e republicanos dissidentes utilizaram-se da imprensa para expressarem suas ideias e práticas.

Os liberais

Ao final da década de 1860, o Partido Liberal defendia uma série de reformas na sociedade brasileira, compreendendo elementos como a separação entre a Igreja e o Estado, o direito de voto aos acatólicos naturalizados brasileiros, a soberania popular e o final da escravidão⁴⁷. Na cidade do Rio Grande, os liberais, à essa época, se fizeram representar pelo jornal *O Paiz* que possuía uma “Parte Política”, na qual publicava artigos intitulados “Profissão de Fé Política”, defendendo suas convicções partidárias.

Na edição de 17 de fevereiro de 1870, o periódico publicava alguns desses pontos, como a “destruição do Poder Moderador”, fator fundamental, segundo a folha, para o caminho da “democracia e das reformas”. Defendia também o sufrágio universal e as eleições diretas como meio de “manifestação da vontade

⁴⁷ Conforme PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Vida política no século 19*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1991. p. 60-62. e PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A política rio-grandense no Império. In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p. 112.

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

popular” e “purificação da representação pública, que investindo o povo do direito imediato do sufrágio” iria habilitá-lo “para os grandes atos da vida pública”, dando-lhe “uma recompensa para premiar os seus mandatários zelosos e uma pena para punir os seus mandatários perjúrios”. Assim, afirmava:

A eleição direta é o povo governando-se a si mesmo, sentando-se à mesa do banquete da igualdade, carregando com a responsabilidade de seus destinos, independente, forte; barreira inacessível à corrupção do dinheiro ou ao terror das baionetas vendidas. O sufrágio universal é a medida que o patriotismo reclama. O povo não é nenhuma criança, nem nenhum louco, não precisa da tutela dos eleitores, do cadinho dos graus da eleição indireta para exprimir seu pensamento. Corajoso e livre, ele escolherá seus representantes por si mesmo e suas urnas falarão com a linguagem do patriotismo.

A visão do Partido Liberal de ampliar os quadros eleitorais para angariar o voto das populações não-católicas, de expressivo número no Rio Grande do Sul, propondo a liberação dos cultos e a ampliação dos direitos políticos para os acatólicos, também esteve expressa em *O Paiz*:

A liberdade de cultos pede-se também. Pois, como no século dezenove, desenterrando-se o fanatismo da inquisição, degrada-se dos direitos políticos os que têm a infelicidade de não acreditar no pecado original ou na presença real da eucaristia?! (...) Não, não se diga mais que no Brasil a liberdade de cultos, consequência lógica

da liberdade de consciência, é um princípio condenado. (...) Acabe-se com a superstição que emana dos conventos; proclame-se o regime radical da liberdade, porque, assim, o Brasil não será uma exceção na América, um borrão na lista dos povos.

O jornal ainda apontava, dentre as “reformas urgentes” que o país carecia, a temporariedade do senado, pois, para *O Paiz*, dois fatores estavam viciando a organização do senado, que eram a escolha feita pelo Imperador e a vitaliciedade, o primeiro afetando a origem e, o segundo, deturpando a essência daquela instituição, uma vez que:

A escolha imperial é uma restrição no direito do sufrágio que é do povo. A vitaliciedade é a organização da oligarquia. Independentes do povo, os senadores voltar-se-ão para adorar a face do trono e beijar (...) o manto que pode sacudir sobre eles a poeira dourada das graças. Assim, aniquilado o princípio da representação, o senado não sabe do povo; é apenas uma fantasmagoria aristocrática na terra americana.

Desse modo, *O Paiz*, comportando-se político-partidariamente como “órgão genuíno do Partido Liberal”, serviu à divulgação dos princípios desse grupo que crescia na oposição aos conservadores, através de um programa de amplas reformas. O periódico não sobreviveu, porém, para acompanhar a retomada do poder provincial por parte dos liberais, em 1872, pois sua circulação limitou-se aos anos de 1869 e 1870.

O positivismo

A história do positivismo no Rio Grande do Sul foi “feita de omissões, compromissos, resistências, erosões e deslocamentos de ênfase”, podendo-se considerar a existência de diferentes “positivismos”⁴⁸. Junto à imprensa rio-grandina, alguns princípios positivistas foram expressos através do periódico *Democracia*.

No seu “Programa”, publicado na primeira edição (14 jan. 1887), o jornal apresentava-se como uma folha “política”, a serviço dos princípios “democráticos”. Refletindo o pensamento positivista daquele momento, o periódico apresentava o “operário como um cidadão cheio de virtudes”, o qual “devia ser protegido”⁴⁹, além disso, defendia ideais abolicionistas:

Nós visitaremos a oficina do artista e iremos à senzala do escravo: daqui procuraremos arrancar este homem que só era livre quando feto; ali, demonstraremos que a classe operária, considerada ainda hoje numa esfera aquém daquela a que tem direito, é por nós vista no lugar que lhe compete.

Ainda no “Programa”, o periódico revelava sua postura republicana e positivista. Enaltecia o valor da “Terra de Piratini” e prometia estender-se por toda “esta

⁴⁸ BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs.). *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p. 36.

⁴⁹ BOEIRA, 1980, p. 36.

fração de terra a que uns homens denominaram de Brasil” para fazer a sua propaganda. Argumentava que “a superstição era o aniquilamento dos povos” e garantia ser “o espectro da superstição”. Anunciava também que seguiria “a doutrina de Augusto Comte”, almejando a “nação universal”.

Traduzindo as “doutrinas médicas positivistas”⁵⁰, a folha criticava as autoridades pelos poucos cuidados tomados com o “cólera” e as possibilidades da doença se alastrar, exigindo, assim, providências:

Nós, pais, filhos, irmãos e amigos, em nome do nosso direito, solicitamos os recursos de que carecemos para o saneamento do pedaço de terra que ocupamos. Não imploramos a esmola do governo e sim queremos a sua probidade. É tempo de erguermo-nos contra os abutres sociais! Não se especule com as nossas vidas.

No contexto sul-rio-grandense, as ideias positivistas “afetaram o público em geral, leitor de jornais ou vítima de discursos e conferências”, nesse nível, “o comtismo chegou atrás de clichês, frases soltas, fórmulas grandiloquentes ou simplesmente de conceitos a admirar (Humanidade, Ordem, Progresso, Ciência, etc.)”⁵¹. Assim, o jornal *Democracia* defendia “máximas” contrárias ao “obscurantismo” e às formas de pensar “não-científicas”, expressando frases como: “a ignorância é a noite do espírito, mas uma noite sem lua nem estrelas”, ou ainda, “a luz orna os pensamentos

⁵⁰ BOEIRA, 1980, p. 53.

⁵¹ BOEIRA, 1980, p. 46.

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

profundos”. Outro princípio de cunho positivista destacado pela folha foi o progresso, enaltecido como uma ideia de evolução em direção à “liberdade” e fruto da “civilização”:

Progresso é a personificação de uma ideia que nasce em todas as partes, a sua pátria está em todas as latitudes e o seu destino acha-se escrito no coração de todos os povos. Quando da perpétua evolução dos séculos brota um raio de luz que se chama pensamento, revela-se o progresso; ei-lo, quando do choque de duas forças repulsivas nasce esse fogo eterno que se chama liberdade. Quanto mais alto for o grau de civilização de um povo, tanto maior é a ambição po essa causa infinita que se chama progresso.

O jornal, dessa maneira, refletia alguns dos ideais do movimento republicano rio-grandense que se organizava político-partidariamente e arregimentava forças a partir de um modelo positivista. Tais ideias difundidas pelo republicanismo gaúcho tiveram a imprensa como importante órgão de difusão através da Província, o que, no caso da cidade do Rio Grande, deu-se em 1887 através da *Democracia*.

O castilhismo

A formação da República no Rio Grande do Sul caracterizou-se pelo predomínio absoluto do Partido Republicano Rio-Grandense, através de sua liderança máxima, Júlio de Castilhos, que organizou um aparelho de Estado voltado à manutenção dos republicanos no

governo e ao afastamento completo de elementos ligados a outros grupos políticos. O castilhismo, embasado em um modelo autoritário e conservador⁵², teve de enfrentar uma ferrenha oposição, representada pelos aliados do poder e, para isso, também lançou mão da imprensa como verdadeira arma ideológica e de combate aos inimigos.

Dentre os jornais partidários rio-grandinos, alguns defenderam o governo republicano, como o *Rio Grande do Sul* que adotou uma postura abertamente castilhista. Essa posição ficava bem demarcada na forma de tratamento que o periódico dava às diferentes partes no confronto entre republicanos e federalistas, como na edição de 2 de janeiro de 1893, quando, analisando o ano de 1892, defendia os primeiros.

Em princípio, o jornal fazia algumas referências à derrubada de Júlio de Castilhos (novembro de 1891) e à ascensão da oposição ao poder, no denominado período do “Governicho”. Segundo o periódico, o Estado “estava funcionando com toda a tranquilidade”, até o momento em que “foi constrangido o governo republicano a deixar o poder”. A partir daí, caracterizava o “Governicho” como uma época de “desorganização do serviço público”, na qual ocorreu “uma aluvião de erros administrativos, que reduziram o Estado à completa anarquia”. Para o *Rio Grande do Sul*, a volta de Castilhos ao poder (junho de 1892), representava o “restabelecimento da legalidade”.

Para a folha, os opositores do castilhismo organizavam-se contra a legalidade, “reunindo gente nas

⁵² Sobre o modelo castilhista, observar: LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo, Perspectiva, 1975. p. 29-112.

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

fronteiras vizinhas, onde se armavam, no intuito de invadir a sua terra natal”, lançando-a “aos horrores da guerra civil”. Diante dessa circunstância, o jornal argumentava que os republicanos só haviam se armado para reagir a uma possível agressão:

É assim que o governo republicano tem se visto obrigado a conservar gente armada, não só com o fim de garantir a vida e a propriedade dos rio-grandenses, como para conservar a integridade da União, ameaçada pelos mesmos emigrados.

Assim, o *Rio Grande do Sul* imputava toda a culpa pela instabilidade política estadual aos “emigrados” da oposição e dizia que, por causa deles, “tudo estava sofrendo - a lavoura, as artes, as indústrias, o comércio”, todos enfim, eram, segundo a folha, “vítimas do ato antipatriótico e irrefletido dos rio-grandenses emigrados”. Na mesma linha, apontava os “incalculáveis males causados ao Rio Grande, por esses seus ingratos filhos, únicos responsáveis pelo seu atual estado”.

O periódico acusava os “emigrados” de monarquistas, pretexto utilizado largamente pelos castilhistas para negar qualquer legitimidade ao movimento rebelde, acusando-o de lutar contra as instituições republicanas. Desse modo, afirmava:

Ignora-se completamente quais sejam os seus intuítos políticos. (...) Que confiança podem ter entre si os emigrados, quando - uns poucos, porém os há - são pela causa republicana e outros, manifestadamente contrários a ela? Que confiança poderão eles em sua totalidade, inspirar aos republicanos rio-grandenses, aos de

toda a União e ao próprio Governo Federal a quem cumpre empregar os meios de conservar a integridade nacional.

Para o *Rio Grande do Sul*, os republicanos castilhistas estariam legitimados no poder, em um “Estado constituído”, através da Assembleia dos Representantes. Diante dessa “legalidade” do governo republicano, o periódico reivindicava o apoio do Governo Federal aos castilhistas, indicando que cabia “ao Governo da União reprimir o abuso de meia dúzia de chefetes” que estariam ameaçando a integridade nacional.

Nesse quadro, o *Rio Grande do Sul* afirmava acompanhar “os patrióticos e pacíficos intuitos do benemérito Dr. Júlio de Castilhos”, que eram “os do Partido Republicano”, defendendo essas ideias durante os anos de fermentação, desenvolvimento e pacificação da Revolução Rio-Grandense de 1893.

Outro pequeno jornal governista foi a *Cidade do Rio Grande* que circulou em 1897, apresentando-se como “órgão do Partido Republicano”. Na edição de 18 de abril do citado ano, o periódico diagnosticava as causas das dificuldades econômicas enfrentadas pelo país, localizando-as nas práticas do Governo Federal, eximindo o Governador gaúcho, e na ação dos rebeldes federalistas:

Por outro lado, é forçoso confessar, cabe a responsabilidade da situação atual aos maus brasileiros, filhos espúrios desta grande Pátria, os quais, tentando subverter a ordem pública por meio de uma revolta incruenta e sem justificação, obrigaram, como era natural, o governo de então

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

a despende somas consideráveis para que o prestígio da autoridade constituída não fosse conspurcado, nem enfraquecido, porque se isto sucedesse, [seria] o mal das instituições e o mal da República, que teria de sujeitar-se ao tresloucamento de qualquer caudilho armado para o combate [levando] ao descrédito e vergonha do nosso nome.

Na edição de 15 de setembro de 1897, a folha demonstrava que as querelas entre os diferentes grupos partidários, através da imprensa, continuavam a se manifestar, mesmo encerrada a guerra civil:

O público tem presenciado a nossa atitude todas as vezes que, por dever de ofício [tivemos] a necessidade inadiável, imperiosa mesmo de levar ao adversário desleal e sem noções de moral política, o látigo da crítica enérgica, porém, honesta. (...) A perversidade que pretende nos agredir, que inventa ameaças, que promete dizer mal de todas as coisas e de todos os caracteres, porque tem sido esta a sua invejável conduta, e, para exemplo (...) basta citar as descomposturas, os conceitos reles, o despejo de sua inveja, contra o grande patrício que chefia o Estado (...). E é por esse modo que querem discussão? (...) De uma coisa fique ciente a oposição: jamais deixaremos de cumprir o espinhoso encargo que nos foi investido pela confiança republicana e nesse sentido não tememos a cólera do adversário, porque é esse o único recurso dos fracos.

Dessa forma, a *Cidade do Rio Grande*, como órgão castilhistas, refletia a permanência do conflito entre as

forças que se defrontavam desde o advento da República no Rio Grande do Sul.

O monarquismo

Após o advento da nova forma de governo, manifestaram-se ideias restauradoras no Brasil, de modo que, as atividades dos monarquistas refletiam “os esforços de um grupo político minoritário que procurou, por todos os meios de que dispôs, promover a queda do novo regime”, chegando a ser “responsabilizados pela maioria dos acontecimentos que abalaram os inícios da República”⁵³. A imprensa também serviu à divulgação dos ideais monarquistas, fenômeno que igualmente se manifestou no contexto rio-grandino.

Um desses jornais foi o *Combate* que, na edição de 10 de abril de 1892, apontava os males trazidos pela República ao país, acusando os novos donos do poder de ocuparem-se de seus interesses pessoais, deixando de lado os da nação:

Péssima é a situação por que atravessa este, como os demais estados do Brasil. A desorientação política, a má direção dos homens do governo fazem-se sentir em todos os pontos da República. Esses homens, ou por outra, esses republicanos “eleitos em nome do povo”, não adotaram até agora uma única medida, pela qual se veja o seu interesse pela causa pública. Política, tão somente

⁵³ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da república*. São Paulo, Brasiliense, 1986. p. 11.

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

de política, cuidam todos; posição segura, rendimentos que lhes garantam uma existência folgada, a posse de um cargo (...) tem sido o lema seguido por aqueles que outrora tudo prometiam e a tudo, infelizmente, tem faltado. A que extremo reduziram o nosso caro Brasil! É tempo de por cobro a semelhante estado de coisas.

Mesmo que afirmasse não ter “credo político”, nem “fazer questão de forma de governo”, o *Combate* fazia pronunciamentos abertamente antirrepublicanos, como no artigo “Pela Monarquia”, no qual declarava que, junto da forma monárquica, foram “banidos do Brasil o crédito, a liberdade, os sentimentos de civismo dos homens políticos, a disciplina do Exército, a vontade popular, a honra e probidade administrativa”. O jornal também demonstrava todo o ressentimento para com aqueles que haviam “traído” a Monarquia, denunciando a pobreza do país, que teria advindo dos

assaltantes dos cofres públicos, que, não contentes das grossas quantias com que se arranjaram, ainda aquinhoaram os seus parentes e aderentes à república; à falta de patriotismo e abnegação dos homens que por longos anos andavam a enganar a nação com promessas de regeneração de costumes (...); ao Exército traidor ao juramento prestado de defender a constituição libérrima que tínhamos; ao povo, enfim, que se deixou iludir por alguns bacharéis vadios, erguidos às culminâncias do poder na ponta das espadas dos soldados ignorantes guiados por militares sem mérito ou valor (...). É tempo portanto de despertarmos e correr com esses vendilhões.

Assim, o *Combate* propunha que todos se sacrificassem para “salvar o país, guerreando a esses falsos governos, a essa República incompatível com a índole, costumes, moralidade e liberdade” dos brasileiros. Seus pronunciamentos monarquistas, porém, durariam pouco, não circulando além do ano de 1892.

Outra folha monarquista que circulou no Rio Grande, a partir do segundo semestre de 1892, foi *A Actualidade*. Esse jornal considerava que desde o 15 de Novembro havia se iniciado um período de agruras para o país (5 fev. 1893). Nesse sentido, criticava a política externa brasileira no caso da disputa pelas “Missões”; as práticas econômicas republicanas, com o inflacionário “Encilhamento”; a forma de distribuição de terras; e os critérios empregados para as promoções militares:

Tivemos a questão das Missões e a viagem “triumfal” do senhor Bocaiúva; tivemos o Encilhamento (...); tivemos as doações de terras brasileiras para alguns felizes protegidos do Governo Provisório; tivemos, não o tráfico de condecorações, mas as promoções espontâneas: capitães de 15 de Novembro já são brigadeiros.

O periódico reclamava do “emudecer” da imprensa, do parlamento e da opinião pública, diante daquele “estado de coisas”. Isso, segundo a folha, permitiria que só o governo “falasse, pensasse e agisse”, transformando o Brasil em um “corpo inerte, atado à cauda deste ginete desenfreado”, como descrevia o governo republicano.

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

Destacando a corrupção praticada na França, *A Actualidade* comparava a situação dessa República com a do Brasil, além disso, apontava para “rumores do sul”, referindo-se às forças anticastilhistas que, na fronteira, preparavam-se para invadir o Estado e iniciar a Revolução, vindo a apelar:

Até quando durará este estado de coisas? Ouvimos rumores longínquos do sul... O que nos reserva o dia de amanhã? Enquanto não vem a aurora da redenção, meditemos no exemplo da França republicana e expiemos as nossas culpas, a nossa ingratidão, a nossa indiferença. A França republicana está desmascarada. Desmascaremos por igual o Brasil republicano.

O jornal monarquista fazia constantes ataques à falta de liberdade de expressão predominante durante os primeiros governos republicanos, como a 4 de setembro de 1892, na qual afirmava que a imprensa era “uma conquista da civilização”, precisando “gozar da mais ampla liberdade” e considerando que “toda a tentativa de sufocá-la entrava no capítulo das grandes temeridades”. Demonstrava também o saudosismo com relação aos tempos da Monarquia, argumentando que nessa época “era a imprensa uma instituição que dos poderes públicos merecia o maior acatamento”, quando o “Velho Imperador era o primeiro a dar o exemplo de amor e de interesse a tudo quanto com ela se relacionasse”.

A liberdade de imprensa, porém, não foi um princípio que conseguiu garantir a continuidade da publicação de *A Actualidade*, que, seguindo o caminho de

uma série de jornais monarquistas pelo Brasil, teve de fechar as suas portas a partir do processo que levou ao desencadear da Revolução Federalista.

O republicanismo anticastilhista

A partir do exclusivismo político praticado pelos republicanos castilhistas, desenvolveu-se uma forte oposição, formada por liberais gasparistas, elementos do extinto Partido Conservador e dissidentes republicanos, representando as forças políticas excluídas do poder. Esses grupos oposicionistas “tentaram articular, juntos ou separadamente, em diversos momentos, frentes políticas visando” a combater os republicanos”. Tais “frentes reuniam grupos políticos com conceitos, ideias e objetivos diferenciados e, às vezes, até mesmo antagonicos”, sendo “o único fator em comum que os unia, o anticastilhismo”⁵⁴.

Junto à imprensa rio-grandina, as forças anticastilhistas foram representadas por dois periódicos ligados às dissidências republicanas. Um deles, a *Tribuna Federal*, apresentava-se como “órgão do Partido Republicano Federal”, agremiação formada para abrigar os republicanos alijados do partido castilhista. Na edição de 10 de dezembro de 1893 o jornal fazia críticas ao governo republicano, usando uma linguagem figurada. No artigo “Fora do Paraíso”, o periódico realizava uma analogia entre a passagem bíblica da expulsão de Adão e

⁵⁴ ALVES, Francisco das Neves. Oposições e dissidências no Rio Grande do Sul (1896-1908): tentativas de rearticulação. *Biblos*. v. 7. Rio Grande, 1995. p. 190.

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

Eva do Paraíso e a sua visão sobre o momento político rio-grandense:

Uma treva pesada desceu sobre a terra. (...) Foi então que começou a migração dos animais [e] enroscado na árvore da ciência, o píton do pecado sibilava de gosto. Vencera! (...) Eva, voluptuosa, languida, amolecida pelo amor, escondeu-se entre os cactos, olhando uma sombra que abria, no facho luminoso da lua, asas negras e enormes de vampiro e fugia sibilando vitoriosamente. Era o píton do pecado que espalhava pela natureza a nova do desabrochamento das primeiras penas.

Desse modo, o periódico lançava mão do recurso da linguagem simbólica para representar seu pensamento sobre o contexto rio-grandense de então, mostrando as “trevas” trazidas ao “Paraíso” (o Rio Grande do Sul), provocando uma “imigração” de seus habitantes (os rebeldes emigrados na fronteira); e a “Eva” (representando a população), que fora corrompida por um “vampiro”, o “píton do pecado”, que se encontrava enroscado na “árvore da ciência”, referindo-se ao positivista Júlio de Castilhos.

Outra folha que representou as dissidências republicanas no Rio Grande foi a *Tribuna do Povo*, circulando após a Revolução Federalista (1897-1898) e refletindo a permanência dos confrontos políticos, mesmo após a pacificação. Na edição de 15 de junho de 1898, a folha fazia amplas críticas ao governador Júlio de Castilhos e condenava ironicamente os castilhistas por julgarem-se inabaláveis no poder, tendo em vista a estrutura montada pelo seu líder máximo, a partir da qual não precisariam ter a mínima preocupação, nem

mesmo quando a conjuntura política nacional não lhes fosse favorável:

“Nosso ditador supremo é um verdadeiro homem de Estado, pois organizou de tal maneira o partido, a política e a administração, acumulou tantos elementos de força e autonomia, que a última tempestade parlamentar (...) não teve reação apreciável sobre o Rio Grande, onde continuaremos a imperar absolutamente, desdenhando as vãs investidas da oposição democrática” - eis, num apressado, porém fiel resumo, o que blasonam os castilhistas vermelhos.

O jornal analisava essa posição dos castilhistas como prova “das graves mutações da política republicana nacional”, onde “àqueles degenerados olhavam logo e exclusivamente o utilitário” e colocavam-se “a calcular, num materialismo grosseiro, os resultados práticos da vitória deste ou daquele grupo, com relação à ditadura sulista”.

A *Tribuna do Povo* criticava as ações do Governo Central por não intervir na política rio-grandense, permitindo a continuidade da “fidalguia comtista”, no poder, e declarava que bastaria uma atitude por parte do Presidente da República, qual fosse “não atender mais à indicação alguma de Castilhos em favor de seus afilhados”, para desmontar “a terrível máquina” montada pelo Governador, que compreendia dos “correios até as estradas de ferro”. Argumentava quanto ao acerto dessa possível intervenção, apontando as próprias atitudes de Júlio de Castilhos que, segundo o jornal, iludia “a boa fé dos ministros do Centro” e fingia-

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

se, “até a última hora, soldado da política governista”, traíndo o Governo Federal. Considerava que o fim do apoio presidencial significaria a derrocada do castilhismo:

Resolva-se o Dr. Prudente de Moraes a retirar todo e qualquer apoio a Castilhos, ponha-o a pão e água, circunscreva o tiranete rigorosamente ao domínio local e não levaremos dois meses sem ver o invencível partido de rédea no chão e cabisbaixo.

Quanto às oposições rio-grandenses, a *Tribuna do Povo* considerava-as perenes, tendo em vista que “as agremiações políticas, criadas e mantidas pelo ardor de elevados princípios”, bem como “dirigidas por homens cuja capacidade proporcionava a vastidão das simpatias populares” tendiam a ser estáveis e de longa duração.

As críticas ao castilhismo eram ferrenhas, de modo que o jornal imaginava-o como “um libertino”, que praticava “toda a sorte de devassidões e crimes” e que “tão grandes males vinha causando ao Rio Grande”. Simbolicamente, destacava que o “casamento” entre a República e Júlio de Castilhos era inviável, uma vez que o chefe republicano não teria as mínimas condições de “salvar” tal forma de governo:

E o velho D. Juan castilhista, corrompido até a medula dos ossos já cariados; venalizado por todas as traficâncias imagináveis e por imaginar, julga-se ainda capaz de salvar a República. (...) Nem é limpo escrever o que o espírito sente... O casamento em tais condições é impossível, agora e sempre. (...)

Será rapto o que o castilhismo está querendo efetuar?

Se é, enganam-se, não o devem: falta a boa vontade da parte mais interessada.

Nesse contexto, a defesa de práticas e ideias amplamente anticastilhistas e o fato de atribuir a si mesmo a denominação de “folha republicana” aproximavam a *Tribuna do Povo* das dissidências republicanas. Coincide a publicação do jornal com um dos momentos de rearticulação dessas dissidências, pois se formara, em julho de 1896, o Partido Republicano Liberal⁵⁵, composto por “dissidentes históricos” e recém-egressos do Partido Republicano Rio-Grandense. A identidade entre os pronunciamentos do periódico com os das dissidências é notória, principalmente quanto ao ataque contra os republicanos castilhistas acusados de terem se desviado do pensamento republicano original.

Demarcava-se, assim, as diferentes vertentes republicanas quanto aos rumos da nova forma de governo. Para a *Tribuna do Povo*, não eram os castilhistas os defensores da “verdadeira república” e sim

nós outros, que procuramos (...) o interesse moral para a felicidade e crédito da República.

Dessa maneira, diversos dos partidos e tendências políticas que atuaram no complexo quadro

⁵⁵ Sobre essa agremiação partidária, observar: ALVES. p. 195-197.

IMPrensa, Partidos e Política no Rio Grande do Sul: do Império aos Primórdios da República

político rio-grandense, durante o processo de transição para a nova forma de governo, se fizeram presentes no Rio Grande, através de sua imprensa. Com uma prática jornalística predominantemente opinativa, os periódicos político-partidários desse período possuíam um papel de representação direta/indireta daqueles agrupamentos, como órgãos de partido e/ou atendendo aos interesses de seus responsáveis, servindo para a defesa de seus aliados e para a crítica aos seus adversários.

Os conflitos político-partidários por meio dos jornais: símbolos e representações caricaturais (brevíssima amostragem)

As disputas político-partidárias constituíram uma constante na formação histórica sul-rio-grandense, em um quadro pelo qual os periódicos tiveram um papel essencial na expressão de tais conflitos. Província/Estado fortemente marcado por bipolarizações entre diferentes e divergentes partidos e/ou frentes, o Rio Grande do Sul foi caracterizado por um cenário em que o enfrentamento se dava no campo eleitoral, mas, por vezes, ultrapassava o âmbito das urnas, vindo a ocorrer uma radicalização ainda maior, como o caso do uso da violência e, na circunstância mais extrema, até mesmo do confronto bélico.

Acompanhando tal processo, ocorria em meio aos jornais um conflito discursivo, a partir do qual cada publicação defendia ardorosamente as formas de agir e pensar de seus aliados, visando a legitimá-las, e atacava ferrenhamente as atitudes e as palavras expressas pelos adversários, em busca de deslegitimá-las⁵⁶. Tais debates,

⁵⁶ A respeito do conflito discursivo, ver: CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 129.; MARTINS, Eleni J. *Enunciação & diálogo*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. p. 180-181.; MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*.

normalmente acirrados não passariam despercebidos pela imprensa satírico-humorística e caricatural que, a partir de seu viés crítico-opinativo e abordagem jocosa, apresentou várias versões imagéticas para tais enfrentamentos. Dentre as publicações caricatas gaúchas que realizaram tal construção iconográfica, estiveram as rio-grandinas *O Diabrete*, *Maruí* e *Bisturi*, as porto-alegrenses *O Fígaro* e *O Século* e as pelotenses *Cabrion* e *A Ventarola*⁵⁷. Por meio do conteúdo simbólico e das representações caricaturais, tais semanários humorístico-ilustrados trouxeram sua versão para os debates político-partidários demarcados por meio do jornalismo sul-rio-grandense, e este ensaio constituiu uma brevíssima amostragem de tais práticas.

Os confrontos entre os divergentes jornais foram representados pelos caricatos como se fossem um luta de espadas, instrumento bélico que traz consigo a ideia do poder, seja ele o destruidor ou o construtor, dependendo se o olhar recai sobre o aliado ou o inimigo, de modo que a espada se torna um símbolo guerreiro por excelência⁵⁸. Além disso, a espada é um símbolo simultâneo da ferida e do poder de ferir e por isso aparece como um signo de liberdade e de força⁵⁹,

12.ed. São Paulo: Cultrix, 2004. p. 95.; e SHAW, Harry. *Dicionário de termos literários*. Lisboa: Dom Quixote, 1978. p. 116.

⁵⁷ Sobre a imprensa caricata no contexto sul-rio-grandense ver: FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962.

⁵⁸ CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 392.

⁵⁹ CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Moraes, 1984. p. 236.

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

servindo muito a contento para designar as disputas entre os periódicos. Foi o que fez *O Diabrete*, ao mostrar dois indivíduos que adentravam irmanados às lides jornalísticas, ação demonstrada pelo ingresso de ambos sobre uma máquina de impressão, para em seguida desentenderem-se e passarem a esgrimir entre si⁶⁰. Sob uma perspectiva crítica, *O Figaro* mostrava dois jornais porto-alegrenses que se enfrentavam com o uso de espadas, com um deles sendo representado por uma figura feminina, que tinha os pés afundados em um lamaçal, em sinal de que estaria exagerando em suas apreciações, ao imiscuir-se em temas vinculados estritamente à vida privada e que, portanto, deveriam ser mantidos longe das abordagens jornalísticas⁶¹. A óptica caricatural se repetia na apreciação de *O Diabrete*, ao trazer dois jornais rio-grandinos, com corpos humanos e cabeças no formato de folhas impressas, que também se utilizavam da esgrima para enfrentar-se, em ação qualificada pela publicação caricata como uma ocasional “cutucada” entre os contendores⁶².

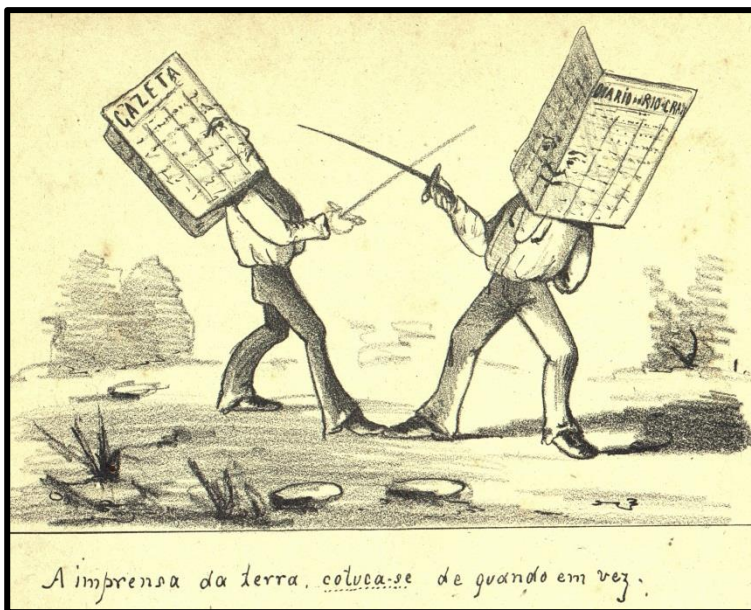
⁶⁰ O DIABRETE. Rio Grande, 20 out. 1878.

⁶¹ O FÍGARO. Porto Alegre, 19 jan. 1879.

⁶² O DIABRETE. Rio Grande, 19 out. 1879.



IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO
SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

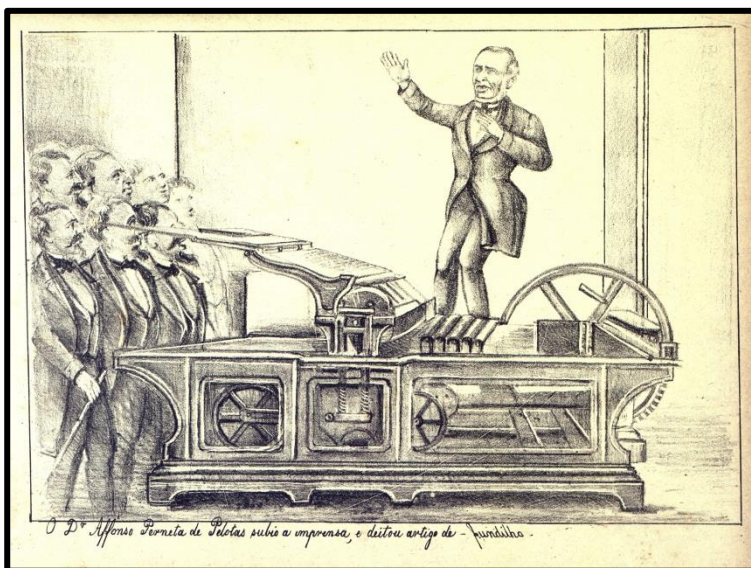


O uso político-partidário da imprensa foi mais uma vez representado por *O Diabrete* ao mostrar um indivíduo que subia em uma máquina tipográfica para realizar seu proselitismo político⁶³. O simbolismo das máquinas baseia-se na forma de seus elementos e no ritmo e direção de seu movimento, havendo uma analogia com o fisiológico, que determina o sentido mais geral do referido simbolismo, relacionado com ingestão, digestão e reprodução⁶⁴. No caso específico, a impressora se referia à gestação de uma candidatura com escopo eleitoral. A força dos jornalistas em seus debates partidários era também demonstrada pelo

⁶³ O DIABRETE. Rio Grande, 17 out. 1880.

⁶⁴ CIRLOT, 1984. p. 372.

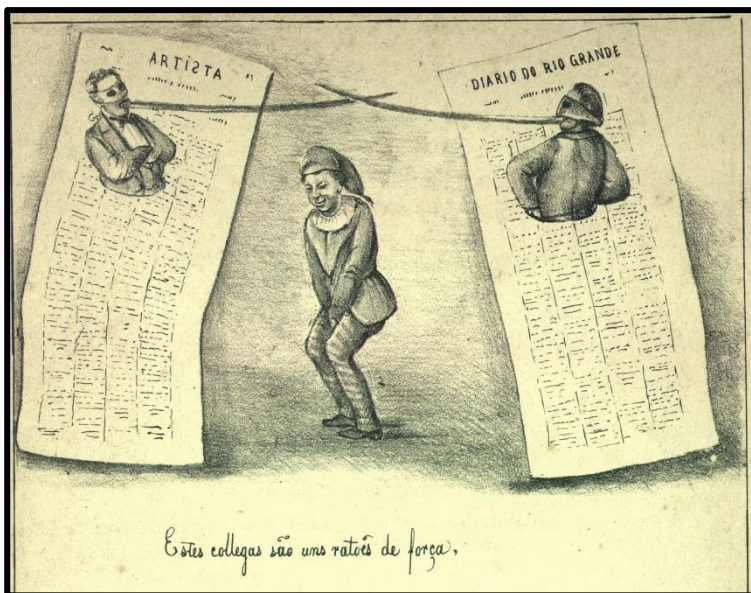
alcance de suas línguas, em cena assistida pelo bobo da corte, símbolo da arte caricatural⁶⁵. A língua é considerada como uma chama, pois tem a sua forma e mobilidade, de maneira que ela pode destruir ou purificar. Já como instrumento da palavra, a língua cria ou aniquila, possuindo um poder sem limites⁶⁶.



⁶⁵ O DIABRETE. Rio Grande, 7 nov. 1880.

⁶⁶ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 550.

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA



Por vezes os periódicos satírico-humorísticos buscaram desqualificar as discussões de natureza partidária estabelecida a partir dos jornais, no intento de demonstrar um certo baixo nível no qual os mesmos estariam incorrendo. Para tanto as folhas caricatas lançavam mão de um recurso calcado em um manifesto racismo, com referência à estrutura escravocrata que dominava o país, somado a um dado psicológico histórico e a um resíduo deixado no subconsciente, com uma propalada interpretação de que o negro se refere a representações imaginativas de um estado primitivo do homem⁶⁷, de maneira que tal segmento étnico estaria a

⁶⁷ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 633.

aludir à parte inferior humana, ou ainda que as raças negras seriam filhas das trevas⁶⁸. Nesse sentido, por várias vezes a arte caricatural expressou o debate jornalístico apontado como de baixo estofa como sinônimo de um bate-boca entre escravas. Assim o fez *O Diabrete*, referindo-se ao confronto entre publicações pelotenses, caracterizadas como duas negras em atitude combativa diante do mercado⁶⁹. Igualmente agiu assim *O Século*, que mostrou uma cena em que dois periódicos porto-alegrenses, um liberal e outro conservador, simbolizados por duas escravas, chegavam às vias de fato, diante do olhar incrédulo do bobo da corte que, carregando nas cores da ironia, considerava aquele como um “edificante espetáculo para os estrangeiros”⁷⁰.

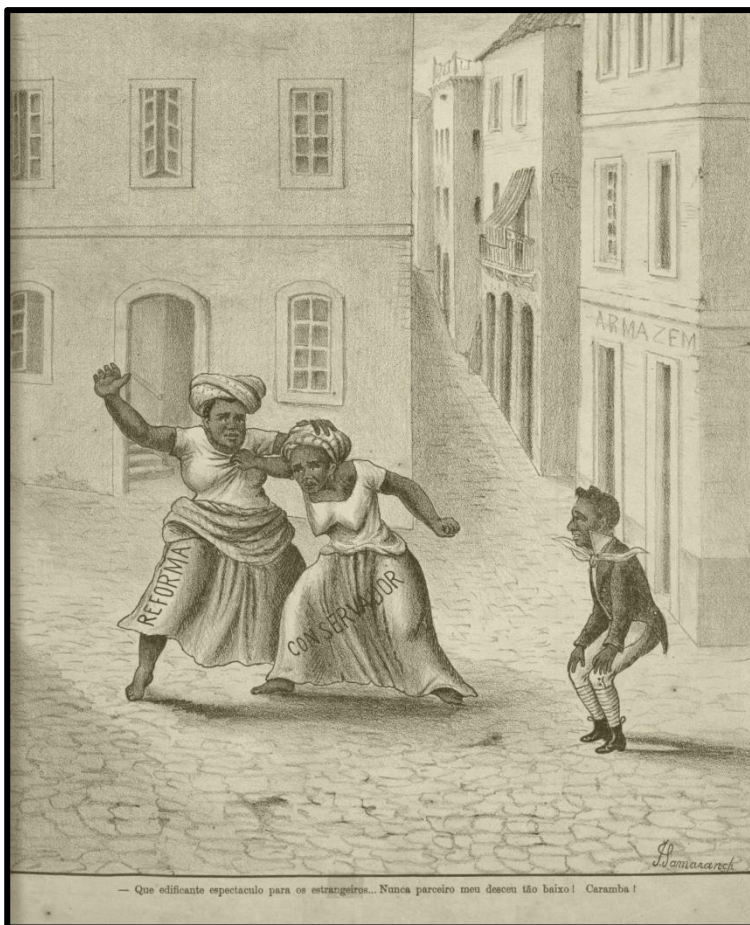


⁶⁸ CIRLOT, 1984. p. 405.

⁶⁹ O DIABRETE. Rio Grande, 8 fev. 1881.

⁷⁰ O SÉCULO. Porto Alegre, 12 ago. 1883.

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA



— Que edificante espectáculo para os estrangeiros... Nunca pareiio meu descon tão baixo! Caramba!

A estratégia do uso de figuras zoomórficas, como qualificativos negativos foi igualmente utilizada pelos caricatos para menoscar os debates promovidos em meio à imprensa diária. Tal prática foi promovida pelo *Maruí*, ao mostrar uma publicação liberal e outra

conservadora metamorfoseadas como bodes que trocavam chifradas entre si, sobre uma ponte, com a potencial queda de qualquer deles⁷¹. O bode é um animal trágico e, por uma perversão do sentido do instinto, ele pode também assumir a própria imagem da luxúria⁷² e, em um sentido secundário, até incorporar o papel de portador do mal⁷³.



A representação zoomórfica foi utilizada também pelo *Cabrión*, que mostrou os debates entre duas folhas

⁷¹ MARUÍ. Rio Grande, 5 set. 1880.

⁷² CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 134.

⁷³ CIRLOT, 1984. p. 405.

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

pelotenses, como o enfrentamento entre um touro e um asno, revelando sua desaprovação quanto ao comportamento de ambos, referindo-se à vergonha que deveria estar passando o inventor da imprensa perante aquele tipo de procedimento⁷⁴. O touro evoca a ideia de irresistível força e arrebatamento, como um macho impetuoso, mas podendo ser ainda terrível e feroz e aparecer como o desencadeamento sem freios da violência⁷⁵. Já o asno é o animal sempre no cio⁷⁶, que pode também ser encarado como o símbolo da ignorância, o emblema da obscuridade e até mesmo das tendências satânicas⁷⁷.

⁷⁴ CABRION. Pelotas, 31 out. 1880.

⁷⁵ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 890-891.

⁷⁶ CIRLOT, 1984. p. 105.

⁷⁷ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 93.



O mesmo *Cabrion* apresentou caricatura com figuras antropomórficas, zoomórficas e mistas, digladiando-se entre si, cada qual representando um jornal, havendo destaque para a presença de um rato e

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

de um gato que ocupavam posição central no confronto⁷⁸. O rato é associado à doença e à morte⁷⁹, bem como é o animal esfomeado, prolífico e noturno, constituindo uma criatura temível e até infernal e na condição de sinônimo de avareza, cupidez, atividade noturna e clandestina⁸⁰. Por sua vez, o gato pode também ser correlacionado com as trevas e a morte⁸¹ e, quando o sentido oscila para as tendências maléficas, pode indicar o pecado e o abuso dos bens deste mundo⁸². Já em tempos republicanos, o *Bisturi* lançou mão de uma figura bovina para demonstrar os enfrentamentos entre os jornais rio-grandinos ao debater o preço da carne, uma vez que a folha castilhistas, e, portanto governista, defendia o aumento dos valores promovido pelos produtores/vendedores, ao passo que as folhas adversárias ou não-alinhadas ao governo acusavam os valores empregados como abusivos e, portanto, prejudiciais aos consumidores. Toda a cena era assistida por um debochado Zé Povinho, designando a imagem da população em geral⁸³. O boi pode tornar-se o símbolo de sacrifício, sofrimento, paciência e trabalho⁸⁴ e ainda da bondade, da calma e da força pacífica⁸⁵, sendo assim utilizado no desenho para representar a

⁷⁸ CABRION. Pelotas, 15 maio 1881.

⁷⁹ CIRLOT, 1984. p. 491.

⁸⁰ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 770.

⁸¹ CIRLOT, 1984. p. 271.

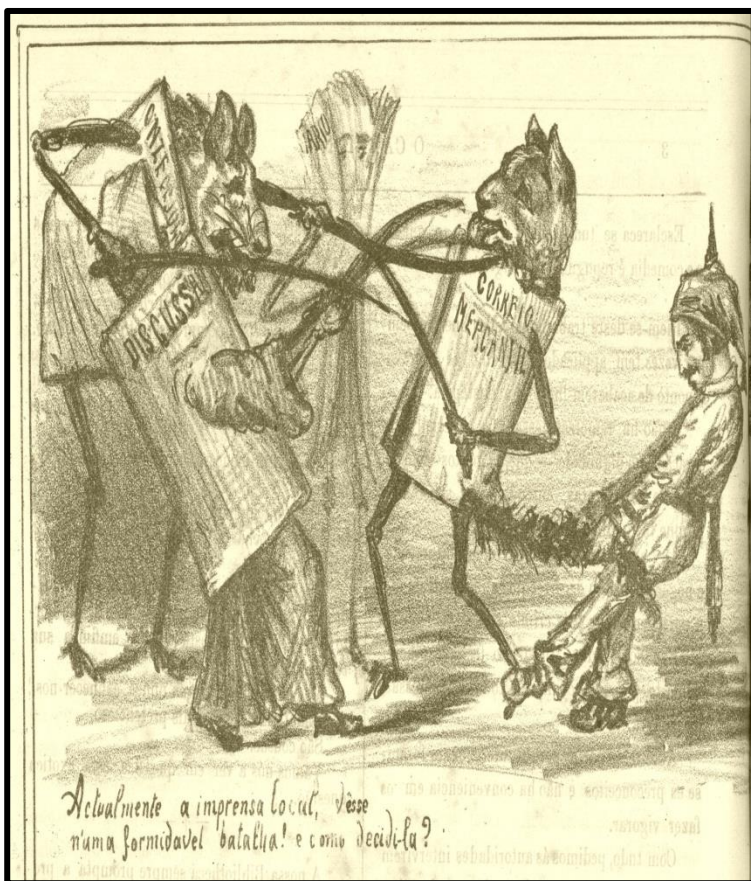
⁸² CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 461-462.

⁸³ BISTURI. Rio Grande, 30 out. 1892.

⁸⁴ CIRLOT, 1984. p. 123.

⁸⁵ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 137.

passividade e a pouca possibilidade de reação, frente aos desígnios dos poderosos.



IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA



Para traduzir aquilo que considerava como excessivo nos debates político-partidários, a caricatura expressa por meio da imprensa chegou a subverter a imagem da própria pena, verdadeiro símbolo dos jornalistas. A pena traz consigo o sentido da elevação e, como instrumento de escrita, significa o que traça tudo⁸⁶. A subversão se dava também quanto à expressão de que a pena é mais forte do que a espada, de modo que os periódicos satírico-humorísticos transformavam a pena em espada. Assim *A Ventarola* apresentava os redatores dos diários rio-grandinos, *Artista* e *Diário do Rio Grande*, enfrentando-se como espadachins, utilizando-se de suas

⁸⁶ CIRLOT, 1984. p. 456.

penas⁸⁷. A mesma ação caricatural realizou o *Bisturi*, ao apresentar o confronto entre o *Eco do Sul* e o *Artista*, com os “colegas” de cada um dos jornais, enfrentando-se por meio de suas penas transmutadas em lanças, denotando o tom agressivo das disputas⁸⁸. Novamente *A Ventarola* ia além, desenhando as publicações *Onze de Junho* e o *Diário de Pelotas*, como dois jornais que ganhavam membros superiores e inferiores e digladiavam-se por meio de navalhadas⁸⁹. Como uma espécie de faca, a navalha é o símbolo que constitui a inversão da espada, associado às ideias de vingança e morte, mas também às de sacrifício, uma vez que, a curta extensão de sua lâmina representa analogicamente a primariedade do instinto que a maneja, bem como o comprimento da espada, inversamente, expõe a altura espiritual do possuidor⁹⁰.

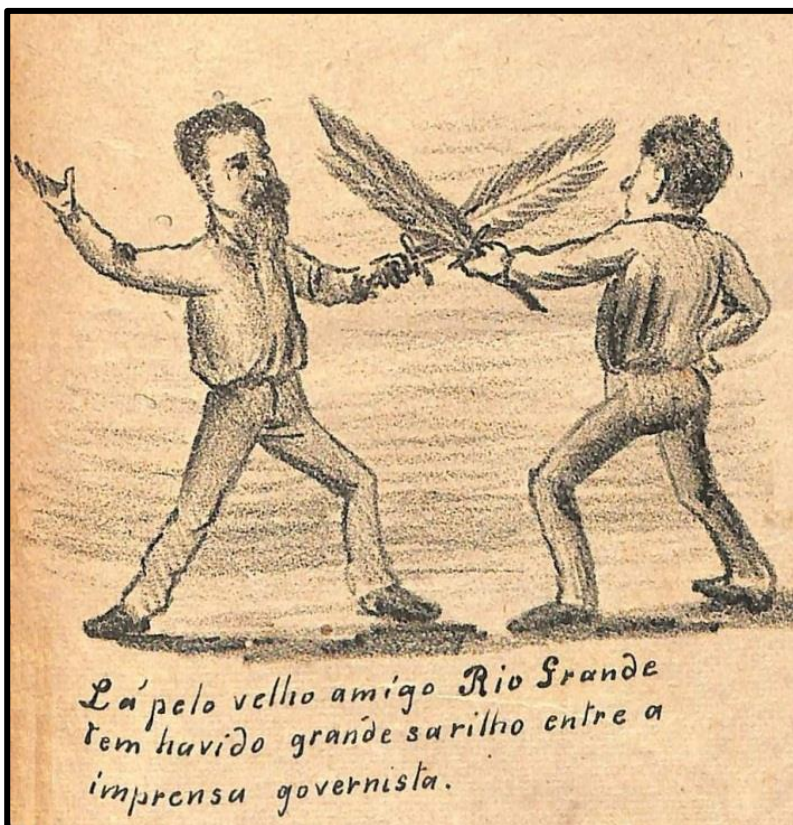
⁸⁷ A VENTAROLA. Pelotas, 3 fev. 1889.

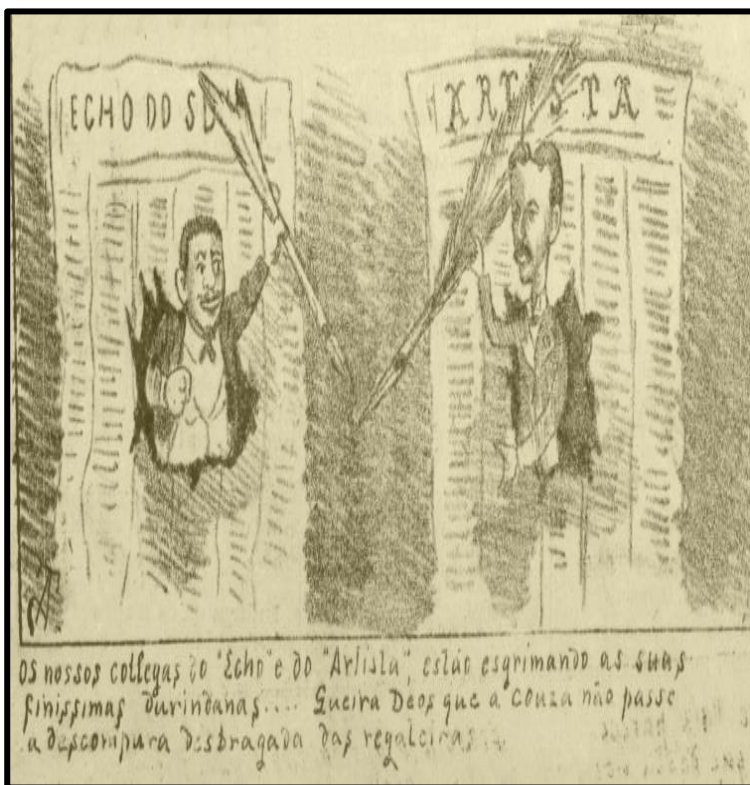
⁸⁸ BISTURI. Rio Grande, 17 maio 1891.

⁸⁹ A VENTAROLA. Pelotas, 17 fev. 1889.

⁹⁰ CIRLOT, 1984. p. 249.

IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO
SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA





IMPRENSA, PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO
SUL: DO IMPÉRIO AOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA



Críticos por natureza, os semanários ilustrado-humorísticos e caricaturais, não pouparam alvos em meio às sociedades nas quais circularam. Nesse sentido, nem mesmo os colegas de jornalismo escaparam ao olhar jocoso, irônico e mordaz dos caricatos, sendo fortemente criticados em suas ações. Tais publicações humorísticas também exerciam um papel moralizador, apontando as chagas e mazelas que afligiam a sociedade, buscando denunciar os erros e malfeitos, bem como diagnosticar soluções para os mesmos. Dessa maneira, essas folhas exerceram uma espécie de crítica interna à própria imprensa, assinalando as supostas falhas dos praticantes do periodismo. A partir de tal perspectiva, como críticos e moralizadores, os hebdomadários caricatos censuraram fortemente aquilo que consideravam como excessos nos debates dos demais jornais, notadamente os diários, que propalavam a ideia de serem representantes do jornalismo sério. Para tanto, os caricatos lançaram mão de várias estratégias simbólicas e de representações caricaturais – demonstradas neste ensaio na forma de uma breve amostragem – utilizando-as com o intuito de desqualificar as atitudes dos colegas que incorressem em tais ações demarcadas como excessivas.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt
Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



9 786553 060173

ISBN: 978-65-5306-017-3